

# Rumos da Intervenção Social com Grupos no início do século XXI<sup>1</sup>

in, Barata, O.S., **Política Social e Sociologia**, Lisboa, ISCSP/UTL, pp 103-187

Por: Hermano Carmo

## Índice:

Introdução (em jeito de continuação ... ) .....	2
Rumos actuais da Intervenção Social com Grupos .....	2
Duas perspectivas epistemológicas em confronto .....	2
Génese e rumos actuais.....	4
O <i>caldo de cultura</i> .....	4
Raízes do presente .....	12
Evolução recente.....	15
A investigação e o ensino da ISG no início do século XXI .....	20
Tendências da investigação .....	20
Tendências do ensino.....	28
Análise de uma aplicação: a ISG em projectos com crianças de rua .....	38
As crianças em situação de rua.....	39
Conceitos e estimativas .....	39
A comunidade de residência da criança de rua.....	42
A zona de fuga.....	44
Práticas de intervenção .....	45
Um modelo de intervenção emergente das <i>boas práticas</i> .....	49
Aplicação da ISG em projectos com crianças de rua .....	52
A diversidade etária .....	52
Estratégias específicas .....	53
Conclusão .....	56
Bibliografia.....	57

---

<sup>1</sup> A primeira parte do presente texto resulta da adaptação de um capítulo do relatório para a obtenção do título de Agregado em *Política e Acção Social* pela Universidade Aberta, cujas provas decorreram em Julho de 2002, tendo sido arguido pelo Professor Doutor João Pereira Neto. A segunda parte, provém da lição apresentada nessas a provas. Com a escolha deste tema, pretendo prestar uma modesta homenagem ao ISCSP, escola a quem devo a minha formação inicial e pós-graduada, bem como grande parte da minha experiência como professor do ensino superior presencial, e à qual continuo ligado por fortes laços académicos e afectivos.

## Introdução (em jeito de continuação ... )

Há cerca de cinco anos, num ensaio publicado sobre as tendências do desenvolvimento comunitário (Carmo, 1998), afirmei que aquela estratégia de intervenção social *tinha vindo para ficar*, assumindo-se como um eficaz e eficiente meio de acção à escala *meso* e *macro*. No final, levantei mesmo a hipótese de se perspectivar como um poderoso instrumento sócio-político, ***combinável com outras ferramentas de mudança***. E rematei esse trabalho prometendo voltar ao assunto.

*O prometido é devido*, como diz o povo. É justamente sobre uma outra poderosa ferramenta de mudança social – a intervenção social com grupos (ISG) - que agora me proponho continuar a reflectir com o leitor:

- começarei por situar epistemologicamente a ISG na corrente de uma Ciência Social comprometida, por contraposição a uma perspectiva aparentemente asséptica mas efectivamente conservadora;
- seguidamente, situarei a ISG no *caldo de cultura* constituído pelas Ciências Sociais e por aquilo que sugeri chamar-se *Intervenção Social*;
- num terceiro momento, discutirei a evolução da ISG ao longo do tempo, a fim de identificar os alicerces que actualmente a legitimam como estratégia ao serviço de uma educação para a cidadania;
- terminarei a primeira parte deste trabalho passando em revista algumas tendências da investigação e do ensino, a fim de desenhar os seus rumos actuais.

Na segunda parte, analisarei um caso concreto que ilustra a aplicação desta técnica de intervenção social ao trabalho com crianças de rua.

## Rumos actuais da Intervenção Social com Grupos

### Duas perspectivas epistemológicas em confronto

Ao longo dos tempos as Ciências Sociais têm vindo a apresentar duas diferentes perspectivas de produção do Conhecimento, bem sintetizadas por Josué de Castro na introdução de um dos seus livros mais notáveis (1975: 25), em que descreveu e analisou com a profundidade que muitos lhe reconheceram<sup>2</sup> a sociedade do Nordeste brasileiro:

**não** tencionamos escrever um livro **neutro**. (...) Não é este um ensaio de Sociologia clássica. De uma sociologia académica, espartilhada na camisa de forças de uma metodologia que sempre tentou separar, no sociólogo, o investigador do homem,

---

<sup>2</sup>Darcy Ribeiro, por exemplo (1997: 122), essa outra grande figura das Ciências Sociais brasileiras, considerava-o *intelectual mais brilhante que* (havia conhecido). A obra de Josué de Castro foi difundida por todo o mundo. A *Geopolítica da fome*, por exemplo, segundo o editor (Brasília Editora, Porto) havia sido traduzido em 25 idiomas à data da edição (1974). O reconhecimento das suas capacidades como perito em questões alimentares valeu-lhe o convite para dirigir a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas durante vários anos.

limitando sempre a função do sociólogo à de um simples inventariante de tudo aquilo que se apresenta aos seus olhos, teleguiados por métodos de trabalho consagrados. O nosso estudo sociológico é o oposto deste género de ensaio. É um estudo de **sociologia participante** ou **comprometida**. De uma sociologia que **não teme interferir no processo** de mudança social com os seus achados e por isto mesmo não tem o menor interesse em encobrir os traços de uma realidade social, cuja revelação possa acarretar prejuízos a determinados grupos ou classes dominantes.

(...) No fundo, **a antiga sociologia era mais utópica do que científica**, e a sua utopia consistia exactamente no seu inconsciente desejo de que o processo social se imobilizasse, para ser melhor fotografado. Desta forma, **a antiga sociologia era bem mais comprometida do que a sociologia nova**, cuja validade científica defendemos. Mas **era comprometida com uma ideologia do imobilismo**, de uma imagem estática da sociedade, considerada como uma coisa já feita, definitiva e perfeita, enquanto a nova sociologia considera a estrutura social como um processo em constante e rápida transformação. (negrito nosso) (cit in Carmo, 1999:139).

A perspectiva defendida por este autor enquadra-se naquilo que alguns outros chamam Sociologia de Intervenção (Rémi Hess, 1982), que assume a *virulência* da influência do investigador no seu objecto de estudo e que a utiliza com o intuito explícito de produzir melhorias sociais no quadro de uma ética de liberdade e de solidariedade. Distingue-se, assim, da perspectiva sociológica tradicional que procurava evitar a interferência do investigador no objecto de estudo, de vários modos, buscando, nessa perspectiva distanciada, uma objectividade análoga à que se julgava possível alcançar nas Ciências Físico-Naturais<sup>3</sup>.

Este modo de fazer ciência intervindo, tem assumido uma grande heterogeneidade de formas no terreno. Apesar dessa diversidade, todas as experiências que partilham desta perspectiva partem de uma premissa comum: a constatação de que o saber não é monopólio do sistema-interventor<sup>4</sup> mas que este e o sistema-cliente possuem capitais de informação sobre a realidade social que devem pôr em comum a fim de, juntos, construírem um valor acrescentado de conhecimento (Carmo, 1999: 140).

O facto de constituírem modos diferentes de aproximação à realidade social não significa que sejam inconciliáveis, como o demonstraram claramente autores tão diferentes como Jacob Moreno<sup>5</sup>, Kurt Lewin<sup>6</sup> e Robert K. Merton<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> Sobre a questão da objectividade da investigação científica e nas Ciências Sociais em particular cfr. Santos, 1991. Depois da revolução introduzida pelo princípio da incerteza de Heisenberg, a comunidade científica tem adoptado uma atitude mais humilde face à **objectividade**: esta passou a ser considerada, **não como um ponto que se alcança mas como uma direcção que é imperioso tomar**.

<sup>4</sup> Ao longo deste trabalho usar-se-á o **conceito de intervenção social** proposto em trabalhos anteriores (Carmo 1999: 33-42 e 2000: 61): *processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social – a que chamaremos sistema-interventor – se assume como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social – a que chamaremos sistema-cliente – com ele interagindo através de um sistema de comunicações diversificadas, com o objectivo de o ajudar a suprir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida* (Carmo, 2000: 61).

<sup>5</sup> A par dos estudos em que desenvolveu a teoria sociométrica e a teoria do papel na formação do ego, Moreno empenhou-se em diversos projectos de intervenção social e psicoterapêutica (Carmo, 2000: 132-138)

<sup>6</sup> Cfr. Lewin (1939, 1964, 1973). Dois exemplos apenas: a crítica epistemológica ao paradigma aristotélico a que opõe o que designa por galilaico, e os projectos de intervenção social para combater comportamentos racistas (Carmo, 2000: 139-146)

<sup>7</sup> Para além da valiosa contribuição teórica de Merton, Crothers (1994: 19), citando um artigo de Lazarsfeld intitulado *Working with Merton* (1975), refere que aquele autor se envolveu frequentemente

A *Intervenção Social com Grupos*, foi construída a partir desta perspectiva. A sua consolidação como disciplina autónoma justifica-se com base em dois tipos de argumentos:

- na constatação dos serviços prestados por esta estratégia de intervenção, como instrumento de desenvolvimento pessoal e social e como ferramenta de intervenção social;
- na legitimação académica observada, tanto pela investigação científica produzida como pelos programas de ensino existentes.

### Génese e rumos actuais<sup>8</sup>

As ciências sociais e a intervenção social emergem, na sua forma moderna, da tentativa de entender e eventualmente intervir nos grandes processos de mudança ocorridos nos três últimos séculos de que se destacam as revoluções americana e francesa, a revolução industrial, o processo colonial e o posterior processo de descolonização.

São disso exemplo inúmeras obras de grandes figuras da Sociologia e da Ciência Política como Comte, Le Play, Spencer, Marx, Tocqueville, Durkheim, Pareto e Max Weber, ou de antropólogos como Evans Pritchard, Malinowski, Nadel, Jomo Kenyata e Cheikh Anta Diop (Gonçalves, 1969: 5-79 e 325-405; Aron, 1994; Carmo, 1999: 107-174).

### *O caldo de cultura*

Pode portanto afirmar-se que a **evolução social** registada ao longo dos últimos três séculos funcionou como *caldo de cultura* para o **desenvolvimento das ciências sociais** na sua forma moderna. Em paralelo com este processo operou-se uma **autonomização progressiva da intervenção social** como actividade social com um novo status, legitimado pela necessidade de responder de forma sistemática aos **problemas sociais** decorrentes da mudança registada.

Deste último processo emergiu um conjunto de **funções sociais diferenciadas**, que progressivamente se foram **padronizando** sob a forma de **áreas profissionais novas**, todas elas almejando responder de forma eficaz e eficiente às necessidades sociais criadas pela nova conjuntura.

As designações que se foram sedimentando a partir desta dinâmica, nem sempre são consensuais. Assim enquanto expressões como *intervenção institucional e animação sociocultural* fazem referência a abordagens relativamente diferenciadas e herdeiras de

---

em actividades de consultoria, especialmente no Bureau of Applied Social Research e na American Nursing Association, de que resultaram obras como *Practical Problems and the Uses of Social Science e Social Research and Practising Professions*, entre outras.

<sup>8</sup> O texto desta secção foi elaborado a partir de excertos e resumos de Carmo (2000: 59-87) a que se introduziram as necessárias actualizações.

tradições académicas bem identificadas<sup>9</sup>, os conceitos de *serviço social*, *trabalho social* e *intervenção social* não têm sido entendidos de igual forma pelos diferentes autores, umas vezes sendo tomados como sinónimos adoptados por diferentes tradições académicas, outras vezes com significados claramente diferenciados.

Pela nossa parte, estamos de acordo com Ander-Egg, que defende que os termos *serviço social* e *trabalho social* têm sido utilizados para expressar o mesmo *corpus* conceptual e o mesmo tipo de actividade profissional, só que por comunidades académicas e profissionais distintas.

Nos países de origem germânica predominou a expressão "trabalho social" (*social work*, em inglês; *social arbeit* em alemão), enquanto nos países de língua românica prevaleceu a expressão "serviço social" (*service social*, em francês; *servizio sociale*, em italiano; *serviço social*, em português). Na América Latina ambas as expressões foram usadas: nos países sob influência mais directa dos EUA quase sempre foi usado o termo *trabalho social* (países da América Central, Caribe, Colômbia e Venezuela). Nos países do cone sul predominou a expressão *serviço social*, embora nos últimos anos *trabalho social* se venha impondo. No caso da Espanha a expressão usada foi (...) *trabalho social* (Ander-Egg, 1995: 167).

De acordo com Virgínia Paraíso (1969, *cit in* Ander-Egg, 1995:163) o termo ***serviço social*** acentua a dimensão de *serviço*, um valor interiorizado ao longo da história desta **disciplina profissional**<sup>10</sup>, chamando a atenção para uma *acção em proveito de outrem*, sublinhando características profissionais necessárias ao seu exercício, como a sensibilidade aos problemas dos outros e a militância social.

Tem igualmente a ver com os estádios iniciais da história desta disciplina profissional em que os seus agentes actuavam, combinando comportamentos (opiniões e condutas) profissionais com extra-profissionais, estes últimos fundamentados em concepções de natureza filantrópica ou religiosa (Ander-Egg, 1995: 163).

Por seu turno o termo ***trabalho social*** tem sido mais usado em países de matriz anglo-saxónica, acentuando a componente profissional de quem o pratica como modo de vida (uma actividade remunerada).

Apesar de ambas as designações serem correctas<sup>11</sup> qualquer delas corresponde a uma aceção restritiva deste tipo de prática profissional, podendo conduzir a efeitos

---

<sup>9</sup> No caso da **intervenção institucional**, decorrente da contribuição da escola francesa, em que avultam nomes como Lapassade, Lourot, Lobrot e Ardoino, (vide bibliografia) caracterizada pela prática da intervenção social, sobretudo em contexto organizacional, marcada pela combinação do marxismo, da psicanálise e da dinâmica de grupo. Por seu turno a **animação sócio-cultural** foi fortemente influenciada pelas correntes não-directivas da psicoterapia e das ciências da educação.

<sup>10</sup> De acordo com Maria do Carmo Falcão (1979), **o serviço social não é uma ciência** como a Física, a Química ou a Sociologia, cujo objectivo é conhecer um dado objecto de estudo, **mas uma disciplina profissional** como a Medicina ou a Engenharia, cuja meta é transformar uma dada realidade após um adequado estudo de situação, para o qual recorre a um conjunto de ciências auxiliares.

<sup>11</sup> Apesar de correctas não são consensuais: como se disse atrás, enquanto que para a generalidade dos autores têm significados idênticos, para outros correspondem a estádios históricos diferentes desta actividade profissional. Para estes últimos, houve uma primeira fase, a da **assistência social**, fundamentada em concepções de natureza benéfico-assistencial, paramédica e/ou parajurídica, e em ideias chave de filantropia; a segunda fase, correspondente à designação de **serviço social**, tinha como objectivo a integração social dos sistemas-clientes; finalmente num terceiro momento, a que corresponde o conceito de **trabalho social**, o objectivo é a organização, mobilização e consciencialização dos sistemas-clientes. (Ander-Egg, 1995: 188)

perversos de natureza corporativa que limitariam o trabalho (serviço) social à actividade praticada por um grupo fechado de profissionais possuidores de uma formação inicial comum.

Dada a juventude desta área profissional que tem apenas cerca de um século de existência, e a mudança acelerada do ambiente de intervenção, não parece sensato defini-la pela formação inicial dos seus agentes que é muito variada e se encontra longe de estabilizar, mas pelas suas características intrínsecas. É neste contexto que preferimos chamar a esta área profissional **intervenção social**, assumindo voluntariamente o risco de esbater um pouco as fronteiras corporativas em proveito de uma ambição transdisciplinar de agir na área do *social*<sup>12</sup>.

Nesta acepção são profissionais de intervenção social, todos os que têm uma prática profissional de **sistema-interventor**, escorada numa preparação formal (formação inicial e/ou formação contínua) adequada ao tipo de intervenção. Enquadra-se nesta formulação ampla, o trabalho realizado por alguns diplomados em psicologia, sociologia, antropologia, política social, serviço social, comunicação social, ciência política e administrativa, ciências da educação e mesmo noutros domínios aparentemente mais distantes como nos das ciências da saúde e da agronomia<sup>13</sup>.

Integrar contribuições disciplinares tão diversas numa mesma prática sem qualquer reflexão adicional poderia criar a ilusão de homogeneidade que não existe nem deveria existir. O **valor acrescentado** das acções de natureza transdisciplinar, interdisciplinar e mesmo pluridisciplinar, reside justamente na **diversidade dos contributos**, impossíveis de realizar em acções marcadas por um corporativismo unidisciplinar.

Nesta lógica de diversidade podem identificar-se três diferentes tipos de contributos profissionais em intervenção social:

- contributos especializados na fase de estudo e diagnóstico da realidade social<sup>14</sup>;
- contributos especializados na fase de intervenção, nomeadamente na administração e execução de programas de intervenção social<sup>15</sup>;
- contributos generalistas<sup>16</sup>, não no sentido comum que associa o termo à ausência de especialização, mas querendo com esta designação identificar uma especialização em termos sistémicos ou holísticos<sup>17</sup>.

---

<sup>12</sup> Adopta-se aqui a distinção proposta por João Ferreira de Almeida (Almeida, 1994: 31), entre **intradisciplinaridade**, que designa o processo que visa a integração de várias especialidades no interior duma mesma disciplina; **pluridisciplinaridade**, que visa um debate e uma informação recíproca entre diferentes disciplinas; **interdisciplinaridade**, que almeja construir uma abordagem teórica global, entre duas ou mais disciplinas através do seu convívio ocasional, de modo a propiciar pesquisas integradas; e **transdisciplinaridade**, que pretende a estabilização das experiências interdisciplinares em procedimentos estáveis e frequentes.

<sup>13</sup> Em contextos de projectos de saúde pública e extensão rural, por exemplo.

<sup>14</sup> Os diplomados em antropologia e em sociologia desempenham frequentemente este papel.

<sup>15</sup> Papel usualmente desempenhado por diplomados em psicologia, comunicação social, ciência política e administrativa, ciências da educação, ciências da saúde e agronomia.

<sup>16</sup> Este papel é habitualmente desempenhado por diplomados em política social e em serviço social.

<sup>17</sup> Nas especialidades médicas esta acepção pode ser exemplificada com a especialidade em medicina interna: o internista é um especialista, com qualificações reconhecidas na área de diagnóstico e na consultoria de colegas, especialistas em subsistemas. Por exemplo, em quadros clínicos complexos é

A distinção entre a formação de base e o papel exigido no terreno aos três tipos de profissionais sugere que o conceito de **intervenção social** possa ser usado numa **aceção ampla**, quando nos referimos a processos e pessoas que apresentam a diversidade referida, ou num **sentido restrito**, quando nos reportamos à acção desenvolvida por profissionais generalistas. É neste segundo sentido que se desenvolve o texto que se segue, apesar de se ter consciência que muito do que for afirmado se pode aplicar à intervenção social vista num sentido lato.

Esclarecido o conceito de intervenção social, estamos em condições de aprofundar a reflexão sobre as finalidades, funções básicas, valores e bases da intervenção social, para o que nos socorremos das propostas de alguns autores clássicos desta área profissional.

Parece hoje haver algum consenso em considerar que a intervenção social visa uma **dupla finalidade** (Falcão, 1979:15-29): responder a necessidades de subsistência e de participação.

Uma das classificações mais conhecidas das necessidades humanas é de Maslow que considera que as pessoas têm cinco tipos de necessidades no seu quotidiano: fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de auto-realização<sup>18</sup>.

À medida que uma necessidade inferior é satisfeita, a superior torna-se dominante. De acordo com o autor, para motivar alguém é preciso conhecer onde a pessoa se encontra nesta escala e de seguida proporcionar-lhe a satisfação desse nível ou do nível imediatamente superior.

O autor distingue ainda a satisfação interna da satisfação externa. No primeiro caso, encontram-se as necessidades fisiológicas e as de segurança. No segundo encontram-se as restantes três (Bilhim, 2001: 315-316).

As necessidades fisiológicas (ex: alimentação, saúde e abrigo) e de segurança (ex: trabalho remunerado ou rendimentos que o substituam; vestuário, educação, equilíbrio emocional) integram-se na finalidade acima referida de responder às **necessidades de subsistência**.

Voltando ao que se referiu atrás, a contribuição para a realização desta finalidade por parte dos diversos interventores sociais é diferente, consoante a sua formação de base: enquanto que especialistas, como os médicos os enfermeiros, os engenheiros, os professores ou os técnicos de extensão rural, intervêm nos seus campos específicos (saúde, habitação, educação e agricultura, respectivamente), os generalistas, como os trabalhadores sociais, têm vindo a agir de uma forma globalizante junto das populações mais fragilizadas, tentando otimizar os meios disponíveis.

A focagem da prática profissional em grupos excluídos por parte dos trabalhadores sociais criou frequentemente uma atitude miserabilista quanto aos meios a mobilizar e conferiu-lhes um indesejável estatuto de *amortecedores de tensões sociais*. Nesta **concepção conservadora** de entender a intervenção social a sua única finalidade é a

---

habitual ser consultado por colegas doutras especialidades, para com eles analisar os efeitos colaterais de intervenções específicas, médicas ou cirúrgicas.

<sup>18</sup> Para aprofundar esta questão vide Neto, Félix, (1998, 2000).

resposta às necessidades de subsistência. Esta concepção tem vindo desde há muito<sup>19</sup> a ser posta em causa, uma vez que cria uma relação de dependência nos sistemas-clientes, não só não tendo qualquer eficácia na sustentabilidade da resolução dos problemas sociais, mas também sendo-lhe reconhecido o efeito pernicioso de eternizar situações de exploração sócio-económica.

Em complemento da necessidade de responder às necessidades de subsistência tem vindo a afirmar-se com cada vez maior clareza a finalidade de responder às **necessidades de participação** (Mouro e Simões, 2001). Esta segunda vertente da intervenção social tem a ver, claramente, com uma **concepção progressista** da mesma, que a concebe como um poderoso instrumento de promoção da cidadania, nomeadamente no que respeita à criação de condições para que cada pessoa possa participar no processo de desenvolvimento e de democratização da sociedade onde vive. Dito de outro modo, para que cada pessoa possa ser sujeito da sua própria história e não mero objecto de uma história construída por outros (Freire, 1972, 1989).

Neste quadro de finalidades, emergem **duas funções básicas** na intervenção social: ajudar os sistemas-clientes a sair da situação de carência em que se encontram e a criar condições sociais para o exercício dos seus direitos cívicos (políticos, económicos, sociais e culturais).

Nas duas funções descritas o conceito de **ajuda** é fundamental: o interventor social não deve funcionar como substituto do sistema-cliente mas como um recurso para que este promova o seu desenvolvimento pessoal e social de forma cada vez mais autónoma. Mesmo em certas circunstâncias extremas em que o sistema-cliente se encontra numa situação particularmente fragilizada e em risco de vida (por exemplo no trabalho social em campos de refugiados) o interventor social deve procurar dar-lhe oportunidade de contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida ou dos seus pares, não sendo tecnicamente correcto atribuir-lhe o mero papel de objecto da intervenção<sup>20</sup>.

Para a realização das duas funções a intervenção social operacionaliza-se em **três** diferentes **dimensões**:

- uma **dimensão assistencial**, que se traduz no fornecimento de recursos mínimos à subsistência<sup>21</sup> com contrapartidas muito reduzidas<sup>22</sup>;
- uma **dimensão sócio-educativa**, que se concretiza em ajudar o sistema-cliente a encetar um processo de ressocialização, aprendendo a identificar e utilizar recursos próprios e do ambiente em que vive, de modo a desenvolver-se como

---

<sup>19</sup> Para esta crítica muito contribuiu o então chamado *movimento de reconceptualização*, (MR) originário da América Latina, que emergiu nos anos sessenta. Como tudo na vida tem verso e reverso, o progressismo do MR tornou-se por vezes prisioneiro ideológico de um marxismo fundamentalista (Ander-Egg, 1984). Para uma discussão mais aprofundada sobre os modelos de intervenção alternativos vide Ander-Egg (1995: 209-221).

<sup>20</sup> No caso referido, é desejável promover a participação de todos os refugiados que se encontrem em condições físicas ou psicológicas mínimas, na organização do campo nas suas múltiplas vertentes.

<sup>21</sup> Por exemplo, alimentação, serviços sanitários, vestuário e abrigo.

<sup>22</sup> Por exemplo, a garantia de cumprimento de regras mínimas de higiene, segurança e convivência.

pessoa, e a descobrir-se ele próprio como recurso para o desenvolvimento dos que o rodeiam<sup>23</sup>;

- uma **dimensão socio-política**, que se operacionaliza em ajudar o sistema-cliente a tomar consciência dos seus direitos cívicos<sup>24</sup>, económicos, sociais, culturais<sup>25</sup> e de solidariedade<sup>26</sup> e a lutar por eles.

Como qualquer outra actividade humana a intervenção social é orientada por um quadro de valores que lhe define uma **moldura axiológica**, orientadora da acção no terreno. Isto significa que se reveste de uma evidente intencionalidade o que nega a hipótese ingénua da neutralidade ética e política do interventor:

- a **impossibilidade de uma neutralidade ética**, decorre do facto da intervenção social implicar escolhas entre o que numa dada cultura é considerado Bem ou Mal e ter efeitos considerados benéficos ou maléficos;
- a **impossibilidade de uma intervenção politicamente neutral**, decorre da observação dos seus efeitos objectivos<sup>27</sup>:
  - o acréscimo de regulação social ou, pelo contrário, de desregulação do *status quo*;
  - a orientação para um ou mais dos *quereres comuns*<sup>28</sup> que se apresentam como alternativas em cada conjuntura.

Como vários autores têm sublinhado, o discurso neutral manifesto por alguns interventores sociais disfarça uma prática política conservadora, ainda que por vezes não consciencializada.

A assunção de uma prática política empenhada nada tem a ver com a defesa de um indesejável alinhamento partidário por parte do interventor: como cidadão este tem o direito de optar pelo tipo de organização política com que mais se identifica; como profissional deverá posicionar-se de modo a que as suas escolhas pessoais não limitem o seu campo de actuação.

Reconhecendo a relatividade das categorizações que, obviamente, têm a sua dose de arbitrariedade, podemos dizer que a intervenção social se orienta por três constelações

---

<sup>23</sup> Para aprofundar o estudo da dimensão sócio-educativa vale a pena conhecer a chamada corrente da pedagogia social. Vide por exemplo, Ibañez, R.M. e Serrano, G. P., 1985

<sup>24</sup> Por exemplo, os direitos de opinião, de associação e de escolha de representantes

<sup>25</sup> Por exemplo, os direitos a um trabalho remunerado, a uma habitação condigna, à saúde, à segurança social e à educação.

<sup>26</sup> Integram-se nos direitos de solidariedade o direito à paz e ao desenvolvimento (solidariedade económica e social), os direitos ambientais (solidariedade entre grupos vivos e entre estes e as gerações futuras). Sobre os direitos humanos vide por exemplo Galtung, Johan (1994), Dimenstein (1996) e relatórios da Amnistia Internacional.

<sup>27</sup> Entendendo por efeito objectivo o que ocorre independentemente da vontade de quem o provocou.

<sup>28</sup> Aplica-se aqui a noção de *querer comum* no sentido que lhe é dado por Maria de Lourdes Pintasilgo (1980): conjunto de orientações colectivamente expressas por sectores significativos de uma dada sociedade numa dada época.

de valores, integrados em torno de três ideias: o personalismo, a solidariedade e a qualidade de vida<sup>29</sup>.

A tese central do **personalismo** é de que cada ser humano é insubstituível, tendo sempre um potencial de aperfeiçoamento. Trata-se de uma convicção partilhada por diversos sistemas de crenças, religiosas ou profanas<sup>30</sup>. A convicção contrária, o transpersonalismo, defende que há valores superiores à integridade humana, aos quais o Homem se deve subordinar. Tais convicções constituem orientações de fundo para o comportamento humano. Para entender a centralidade desta opção básica, bastará recordar polémicas de enorme actualidade em torno de questões como a pena de morte, o aborto, a eutanásia, o suicídio, o direito à reabilitação dos agressores em situações de violência doméstica e o combate ao terrorismo.

A opção pela visão personalista de ver o Mundo e a Vida parece ser uma das raízes fundamentais que orientam a intervenção social, sem a qual não se entenderia a sua existência.

Esta perspectiva básica traduz-se na tese de que o ser humano deve ser senhor do seu próprio destino, o que orienta o interventor social a escolher estratégias de intervenção que permitam ao sistema-cliente libertar-se das dependências que oprimem a sua existência e procurar um contínuo aperfeiçoamento como pessoa e como cidadão, aprendendo a ser cada vez mais autónomo nessa busca.

É esta convicção que preside, por exemplo, a toda a obra do educador brasileiro Paulo Freire, cujo pensamento se enraíza na ideia atrás referida de que o Homem deve ser sujeito da sua própria história (Carmo 1999: 149-159). De igual modo pode encontrar-se esta preocupação com a autonomia do sistema-cliente em David Cooper, a propósito do processo terapêutico:

No início da terapêutica, o quarto pode conter centenas de pessoas, principalmente toda a família do indivíduo, ultrapassando várias gerações, mas também outras pessoas importantes. (...) Em terapêutica, começa-se pouco a pouco a identificar os membros desta vasta família e suas extensões e pede-se-lhes, muito delicadamente, para “sair do quarto”, até que ficamos só com dois indivíduos que têm a liberdade de ir ao encontro do outro ou abandoná-lo. (E nós acrescentaríamos: a terapêutica só pode acabar quando o paciente convida delicadamente o terapeuta a sair porque já não precisa dele para viver consigo) (Cooper, 1971: 9).

Se o personalismo sublinha a condição humana na sua natureza insubstituível e a necessidade de alcançar um nível elevado de autonomia pessoal como condição de aperfeiçoamento, a **solidariedade** confere-lhe um significado gregário.

Considerada durante muito tempo como um valor da esfera da vida privada<sup>31</sup> ou, quando muito, em contextos de cooperação mutualista, a solidariedade ganhou na

---

<sup>29</sup> Para uma discussão recente sobre a importância dos valores na prática social, vide Reamer (2001) e Banks (2001)

<sup>30</sup> Um exemplo admirável da tese da capacidade humana para o aperfeiçoamento é a conhecida parábola evangélica dos talentos.

<sup>31</sup> Um exemplo: das três ideias centrais da revolução francesa, só a **liberdade** e a **igualdade** foram claramente assumidas como valores sob responsabilidade do Estado. Ao longo do período industrial, a **fraternidade** – o terceiro pilar da revolução francesa hoje crismado com o nome de **solidariedade** – foi

década de noventa uma dimensão pública, registando-se a consciência crescente da sua indispensabilidade como instrumento de sobrevivência e de desenvolvimento da humanidade vista como um todo.

São em cada vez maior número os autores que chamam a atenção para este facto, argumentando que a sua ausência prejudica a sociedade no seu conjunto e não, apenas, aqueles que dela carecem. Quatro exemplos ajudarão a clarificar o argumento:

- a **solidariedade familiar** estreita os laços afectivos do agregado, aumenta substancialmente a segurança material e psicológica de cada um dos seus elementos e confere-lhe maior eficácia social; a sua ausência enfraquece a família no seu todo;
- a **solidariedade organizacional** permite maior eficácia e eficiência; a sua falta é causadora de tensões desgastantes, reduz a produtividade e prejudica tanto empregadores como empregados;
- a **solidariedade** à escala **regional** e **nacional**, aumenta a coesão social; pelo contrário um baixo nível de solidariedade aumenta a instabilidade de todos, pelo acréscimo de insegurança, criminalidade e de outros problemas sociais;
- a **solidariedade** a um nível **internacional** e **planetário** aumenta as possibilidades de Paz, de crescimento económico e de desenvolvimento sustentado; pelo contrário, a insularização de cada país no seu pequeno mundo fechado, dá origem a um cortejo de efeitos perversos que prejudicam tanto os países mais pobres como os mais ricos<sup>32</sup>.

No contexto que acaba de se descrever, a solidariedade constitui um valor central da intervenção social e uma das principais fontes de legitimação das suas finalidades e funções.

O terceiro valor que orienta os processos de intervenção social é a **qualidade de vida**. Ander-Egg (1995:184) caracteriza de forma sugestiva a sua importância:

A produtividade e o consumo conjugam com o verbo *ter*. A qualidade de vida com o verbo *ser*. (...) (O) mais decisivo para sair da crise não é a retomada do impulso da economia dos nossos países, mas procurar um novo estilo de vida nesta espaçonave Terra, na qual todos somos companheiros de viagem e todos nos defrontamos com um destino comum. As mudanças que esta sociedade necessita hoje para sair desta situação só são possíveis se houver mudanças de valores e de atitudes, e sobretudo no modo de viver no que diz respeito aos relacionamentos pessoa-pessoa, pessoa-natureza e pessoa-sociedade, de sorte que possibilite aos seres humanos serem individual e colectivamente construtores do próprio destino. Este é o horizonte utópico para onde aponta a meta da qualidade de vida.

---

remetida para a sociedade civil como *valor privado*. Hoje a consciência da sua posição central na condição humana é indiscutível (Carmo, 1999; Dalai- Lama, 2000).

<sup>32</sup> Um exemplo apenas: a falta de uma política solidária dos países ricos para com os países menos desenvolvidos aumenta a pressão demográfica das migrações de zonas deprimidas sobre as mais desenvolvidas com efeitos gravíssimos tanto nos países exportadores como nos importadores de gente (Emmerij, 1993) e fortalece as correntes fundamentalistas como a actual conjuntura é prova evidente.

Estreitamente ligado à questão do personalismo e da solidariedade, a qualidade de vida, encarada como valor, alarga e concretiza os horizontes de actuação da intervenção social, conferindo-lhe uma forte legitimidade política que ultrapassa as fronteiras nacionais e ideológicas (Pintasilgo, 1996, 1998).

### Raízes do presente

É este o quadro conceptual que serviu de contexto ao nascimento e desenvolvimento da intervenção social com grupos (**ISG**), cujos traços gerais seguidamente se esboçam.

**Figura 1 - Marcos estruturantes da gestação, nascimento e primeiros passos da intervenção social com grupos**

1873	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Octávia Hill e outros fundam a <b>Sociedade para a Organização da Caridade</b>, (COS) para apoiar a população residente em bairros operários de Londres.</li> </ul>
1884	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sammuel Barnett, Jane Adams e Arnold Toynbee, criam um <b>centro social comunitário</b> (settlement) onde, através de <b>experiências de grupo</b> e com auxílio de <b>estudantes voluntários</b> da Universidade de Oxford desenvolvem programas de <b>educação popular</b>.</li> </ul>
1898	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É criada uma <b>Escola de Trabalho Social em N. York</b>.</li> </ul>
1903	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A COS cria em Londres uma <b>Escola de Sociologia</b>.</li> </ul>
1904	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Universidade de Liverpool cria um <b>curso de Ciências Sociais</b> no qual se integram matérias de teoria do trabalho social.</li> </ul>
1906	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na escola de N. York são realizados cursos sobre <b>clubes infantis e excursões</b></li> <li>• A Escola de Instrução Cívica de Chicago desenvolve cursos análogos aos de N. York.</li> </ul>
1907	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baden Powell (Reino Unido) funda o movimento dos <b>escuteiros</b>. Na metodologia proposta sobressai o uso do grupo como instrumento de desenvolvimento pessoal e social.</li> </ul>
1912	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Samuel Slavson inicia um projecto com <b>pequenos grupos</b> de crianças e jovens de bairros pobres de N. York, influenciado pelo movimento dos centros comunitários ingleses e pela psicanálise.</li> </ul>
1916	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Samuel Slavson com Joshua Lieberman criam o <b>Pioneer Youth of America</b>, destinado à organizar programas para crianças e jovens ao ar livre a partir de clubes juvenis<sup>33</sup>.</li> </ul>
1917	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mary Richmond publica <b>O diagnóstico social</b>, considerado um marco fundamental no desenvolvimento do trabalho social. Apesar de se centrar no método de casos, salienta a importância dos grupos e das comunidades na resolução dos problemas sociais.</li> </ul>

Fonte Kisnermann (1980: 18-24, cit in Carmo,2000: 76)

**Até à primeira guerra mundial** o trabalho social foi-se definindo progressivamente como disciplina profissional autónoma, ainda que profundamente marcado por uma visão *psicologizante* da intervenção social, decorrente do desenvolvimento entretanto verificado tanto da psicologia como da psicanálise. Apesar desta tendência, naquela época registaram-se diversas experiências de trabalho com grupos, sobretudo em contexto de **intervenção comunitária com crianças e jovens**, frequentemente com

<sup>33</sup> A experiência de Slavson e de Lieberman foi por eles relatada em 1931 em **Creative Camping**. (cit in Kisnermann, 1980:19)

apoio de **voluntários**, numa perspectiva daquilo que hoje se poderia chamar educação para a cidadania (figura 1).

**Com o fim do conflito** verificou-se que a resposta individualizada preconizada pelo *método de casos* não era suficiente como meio de intervenção social para responder aos desafios da conjuntura económica (aumento brutal do desemprego e da inflação), social (integração de imigrantes e de veteranos, delinquência urbana) e política (explosão de movimentos totalitários).

A complexidade de todos estes problemas sociais emergentes da guerra exigia que se passasse de uma estratégia de *pescar à cana* para uma outra de *pescar à rede*. É neste *caldo de cultura* que a ISG vai nascer, fortemente apoiada no desenvolvimento da Dinâmica de Grupos, da Psicoterapia de Grupos e das Ciências Sociais em geral<sup>34</sup>, e numa constelação de experiências associativas<sup>35</sup> (figura 2).

**Figura 2 - Marcos estruturantes do desenvolvimento da ISG no período entre guerras**

1923	<ul style="list-style-type: none"> <li>• E criado um curso de trabalho social com grupos na Western Reserve University (Cleveland).</li> </ul>
Anos 30	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Wilbur Newsletter em colaboração com Theodore Newcomb desenvolve projectos de trabalho com <b>grupos de jovens em acampamentos e grupos de vizinhança</b> e lecciona cursos de trabalho social com grupos na Western Reserve University e em Pittsburg.</li> </ul>
1935	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>O trabalho com grupos é reconhecido como um dos ramos do trabalho social</b>, na National Conference of Social Work</li> </ul>
1936	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É fundada a <b>American Association of Group Work</b></li> <li>• Grace Coyle, professora da Western sistematiza o método na Conferência Nacional de Trabalho Social</li> </ul>
1937	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gertrude Wilson divulga na NASW diversos estudos feitos por <i>group workers</i></li> </ul>
1943	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Samuel Slavson cria a <b>Group Therapy Association</b> com objectivos de pesquisa-acção</li> </ul>

Fonte Kisnermann, 1980: 18-24 e Ander-Egg, 1995: 100, cit in Carmo, 2000: 77

Nesta atmosfera favorável, a ISG afirma-se como uma resposta institucional para a necessidade de educação social e cívica, com o objectivo de ajudar a construir uma sociedade democrática, pouco a pouco legitimada pela Academia através do seu **reconhecimento como domínio específico da leccionação** (1923, 1935), pela **criação**

<sup>34</sup> A Escola de Chicago, no que respeita à Sociologia, e a Universidade de Colúmbia (N. York) no que concerne à Antropologia e, mais tarde, também à Sociologia, deram contributos relevantes para a sedimentação teórica e metodológica do trabalho social. Apenas um exemplo: entre 1942 e 1971 a direcção do Bureau of Applied Social Research foi garantida por Robert Merton, uma das grandes figuras da Sociologia teórica, a que atrás foi feita referência, ele próprio casado com uma assistente social. Nesse papel desenvolveu e orientou inúmeras investigações em que procurou relacionar os problemas sociais contemporâneos com a teoria sociológica (ex: 1976, **Contemporary social problems**, N. York, Harcourt Brace Jovanovich, 1ª ed. de 1961, cit in Crothers, 1994).

<sup>35</sup> Para além das influências referidas, o seu corpo conceptual foi também fortemente devedor do pensamento pedagógico de John Dewey e de outros cientistas sociais e da educação, alguns dos quais leccionaram nas primeiras escolas de trabalho social.

**de associações profissionais** (1936, 1943), pela **publicação de vários trabalhos** (1936, 1937) e pela **extensão do seu domínio à intervenção terapêutica** (1943).

A **consciência do poder do grupo como instrumento de educação política** era cada vez maior, tanto mais que na mesma época se assistia ao seu uso para a doutrinação da juventude em diversos regimes não democráticos na Alemanha, Itália e União Soviética.

**Após a segunda guerra mundial** a intervenção social com grupos sofre um novo processo de expansão, iniciada com a publicação de diversas obras sobre o assunto (Coyle, 1948; Wilson e Ryland, 1961; Trecker, 1966; Konopka, 1972). Dessa diversidade de contribuições pode dizer-se que foi criado um lastro de experiência valiosa, de que se sublinha um duplo papel desempenhado pelos grupos, e três princípios de actuação, considerados como determinantes para qualquer boa prática.

Quanto ao primeiro aspecto, tornou-se progressivamente consensual que o grupo podia desempenhar tanto um **papel de instrumento de desenvolvimento pessoal e social** como de **meio de intervenção sócio-educativa e sócio-política**.

Por outro lado, da avaliação das *boas práticas* em ISG, foram emergindo **três princípios comuns**:

- o **princípio da homocronia**, pelo qual se devia registar uma sintonia de tempos e ritmos de actuação entre interventor e grupo. Isto significava iniciar qualquer processo de ajuda a partir do estágio de desenvolvimento em que se encontrava o grupo, o que obrigava a um cuidadoso diagnóstico sobre a sua estrutura e potencial. Significava igualmente respeitar o seu ritmo e dinâmica, adequando a intervenção às motivações e expectativas dos elementos que o integravam;
- o **princípio da experimentação**, pelo qual se devia incentivar o grupo a aprender a fazer, fazendo, o que aconselhava ao fomento da participação e do protagonismo do grupo e à adopção de estratégias não directivas por parte do interventor;
- finalmente o **princípio da informalidade** que sugeria a preferência por padrões informais de relacionamento, em alternativa a sistemas de interacção mais ritualizados.

Se o princípio da **homocronia** era comum a toda a intervenção social e estava claramente presente no chamado *método de casos*, o mesmo não se podia dizer dos outros dois.

Relativamente ao princípio da **experimentação** observava-se uma diferença de grau, uma vez que, apesar da estratégia de intervenção psicossocial almejar em última análise uma autonomização do sistema-cliente, ela exigia frequentemente do sistema-interventor uma postura inicial directiva, correspondente à assimetria do *saber*, do *saber fazer* e do *saber situar-se* de cada um dos protagonistas no processo. Na estratégia de ISG, pelo contrário, o interventor contava com o grupo como recurso adicional no acto da intervenção, podendo e devendo tirar partido desse facto para possibilitar ao sistema-cliente uma maior autonomia inicial. Por seu turno, o facto de cada um dos elementos do grupo não se encontrar sozinho, frente a frente com um técnico que o intimidava, mas ter consciência que a relação entre os dois era mediada por um grupo de *iguais*,

possibilitava-lhe uma segurança emocional suficiente para encetar novas experiências com um certo grau de autonomia.

Foi, todavia, quanto ao **princípio da informalidade**, que as duas abordagens se diferenciavam mais: enquanto o *método de casos* exigia uma relação bastante formal, ritualizada e distanciada, ainda que temperada por uma atitude empática por parte do interventor, na ISG, pelo contrário, a informalidade era um imperativo de eficácia, uma vez que toda a intervenção punha a tónica numa relação simétrica de poder, entre os protagonistas do processo de ajuda.

## **Evolução recente**

Nos **últimos trinta anos** tem vindo a observar-se uma **diversificação progressiva das aplicações da intervenção social com grupos**, resultante de **factores exógenos** como as novas necessidades de reorganização social, decorrentes da emergência da sociedade de informação, e de **circunstâncias endógenas** como o desenvolvimento das ciências, particularmente nos domínios do social, da educação e da saúde.

Uma circunstância que veio, sem dúvida, conferir maior importância à ISG foi o movimento da **reconceptualização** do trabalho social: este movimento surge como um despertar crítico da *mediocridade dourada* (Ander-Egg, 1984a, 1984b) em que se havia tornado grande parte do serviço social latino-americano. Tal movimento surgiu de diversas circunstâncias:

- da consciência da situação de subdesenvolvimento em que se encontrava a América Latina e das gritantes assimetrias sociais e económicas dela resultantes<sup>36</sup>;
- tal situação confrontava quotidianamente os profissionais de serviço social, obrigando-os a tomarem posições concretas, com implicações políticas evidentes;
- as escolas de serviço social começaram a ser influenciadas por novas correntes doutrinárias, nomeadamente pelo marxismo, a que não terão sido alheios o processo político cubano e o próprio desenvolvimento das ciências sociais na Europa;
- o movimento estudantil a que pertenciam também os estudantes de serviço social foi ganhando consciência crescente do isolamento em que a Universidade se encontrava face à sociedade envolvente.

Todos estes factores sublinhavam a **dimensão política e ideológica da acção social** e a necessidade de que a **prática** da intervenção fosse fortemente emoldurada por uma **teoria** que a legitimasse e por uma **metodologia** que lhe desse consistência.

Como refere Ander-Egg, apesar destes aspectos comuns, o *movimento da reconceptualização* apresentou uma grande diversidade de contribuições. Alguns autores como o argentino Natalio Kisnerman, sublinharam a necessidade de escorar a

---

<sup>36</sup> Para tal consciência muito contribuiu a corrente mais progressista da Igreja Católica (Câmara, 1968; Fragoso, 1973) e a obra produzida por diversos cientistas sociais (Castro, 1966, 1974, 1975) e da educação (Freire, 1972, 1989).

prática da intervenção numa mais sólida preparação científica; outros como os brasileiros J. Paulo Neto e Vicente de Paula Faleiros ressaltaram a dimensão metodológica do trabalho social; outros ainda como o chileno René Salinas puseram o acento tónico do trabalho político.

Anos volvidos, Ander-Egg (1984b) observou alguns exageros do movimento a que chamou *doenças e manias*:

- o uso não marxista (não dialéctico) do marxismo, o que deu origem a sectarismos e a dogmatismos de vária natureza, próprios de um infantilismo revolucionário<sup>37</sup>;
- teoria sem prática, o que levou frequentemente à ilusão de que se poderia transformar a realidade apenas através de um discurso revolucionário<sup>38</sup>;
- confusão entre prática profissional e militância política, com efeitos perversos de descredibilização da profissão, pela frequente demagogia e desvalorização da qualificação profissional a que por vezes conduziu.

Apesar dos exageros a que ocasionalmente se chegou, o *movimento da reconceptualização* teve o mérito de chamar a atenção para a ligação do trabalho social a uma educação para a cidadania e de o associar firmemente a uma fundamentação científica, quer no plano teórico quer metodológico. Dada a vertente educativa e cívica que desde então se observou nas estratégias de intervenção social, podemos afirmar que **este movimento dos anos sessenta e setenta ajudou a legitimar a ISG como técnica de educação cívica por excelência.**

Com as duas crises do petróleo ocorridas no início e no fim da década de setenta, registou-se uma crise paralela do modelo de Estado Providência, que tinha como referências, uma perspectiva keynesiana de intervencionismo económico e uma política social assente nas concepções universalistas de Beveridge (Rosanvallon, 1984, Mishra, 1995). A política de contracção de despesas públicas, de desresponsabilização do Estado face aos problemas sociais que daí decorreu e a necessidade de criar mecanismos de co-regulação na sociedade civil, teve reflexos imediatos nas preocupações dominantes da intervenção social, que se começaram a apresentar de forma bem diferente da referida para a América Latina.

As conclusões da Conferência de Castaglione (1984) sobre as tendências europeias do ensino do serviço social, reflectem a crise então vivida. Partindo de um diagnóstico relativamente consensual sobre a conjuntura<sup>39</sup>, os participantes da conferência dividiram-se entre os que preconizavam um regresso da intervenção social ao *casework*, posição do prof. Pinker do Reino Unido, e aqueles que advogavam que, justamente por

---

<sup>37</sup> Encontra-se recorrentemente este tipo de crítica no próprio interior do pensamento marxista: Lenine chamava-lhe *a doença infantil do comunismo*; Álvaro Cunhal, mais recentemente, apelidava esse tipo de comportamento, de *radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista* (1974, Lisboa, Edições Avante).

<sup>38</sup> Ironicamente Ander-Egg fala na ilusão da *fecundidade autónoma da tinta de escrever*, aludindo à moda gramsciana que tem perdurado nas escolas de serviço social latino-americanas.

<sup>39</sup> Houve convergência entre os participantes no reconhecimento dos traços dominantes da conjuntura: uma mudança social acelerada, o desemprego de jovens e mulheres, a crescente proporção de idosos no total da população, a mistura de serviços sociais públicos e privados e uma inquietante redução de verbas disponíveis, resultante das políticas neoliberais.

causa da crise, se deveria apostar decisivamente no ensino e na prática do *group work* e *do community work* pelos efeitos de bola de neve que qualquer destas abordagens teria na revitalização da sociedade civil. Esta posição foi defendida pelo *Relatório Barclay* de 1980, pelo Instituto de Trabalho Social de Veneza e por outros.

Na mesma linha de preocupações as escolas gregas e jugoslavas acentuaram a importância de uma boa prática em trabalho social com grupos e comunidades. As instituições irlandesas, convergiram também com este ponto de vista introduzindo-lhe no entanto algumas alterações resultantes da sua própria experiência, nomeadamente a tese da necessidade de uma boa preparação inicial em termos teóricos e metodológicos, que possibilitasse a autonomização do futuro profissional em face de situações novas, desconhecidas e ameaçadoras<sup>40</sup>.

A Conferência de Turku (Finlândia, Agosto de 1985) sobre *A segurança social numa sociedade pós-industrial* reforçou estes pontos de vista, ao reconhecer a importância de estratégias de intervenção que apostassem na participação dos cidadãos para combater os problemas sociais mais urgentes da Europa de então: o desemprego, a habitação social e a reorganização de padrões de lazer.

Na mesma altura, a análise macrossociológica de autores como Pierre Rosanvallon (1984) sobre a crise do Estado Providência apontava no mesmo sentido. De acordo com este investigador a crise observada era fundamentalmente uma crise das bases contratuais em que havia sido edificado o Estado Providência, exigindo a convergência de três estratégias para a sua solução:

- uma política de redução da procura de Estado, o que implicava o fortalecimento da sociedade civil;
- uma política de fomento da solidariedade, valor diluído com a excessiva valorização do individualismo;
- uma política de desenvolvimento da visibilidade social sobre as necessidades e sobre a articulação dos recursos para lhes fazer face.

Para a efectivação destas três políticas **a figura do interventor social surge como um organizador de esforços colectivos para além da sua tradicional missão de apoio individual**. Parecendo dar razão a este autor, observou-se ao longo da **década de noventa** um acréscimo substancial de utilizações do grupo, tanto como instrumento de desenvolvimento pessoal e social como de *ferramenta* de acção social. De acordo com Kelley (1996: 299-310), a diversidade dos modos como o grupo é usado, varia habitualmente de acordo com a **combinação de três modelos** (figura 3)<sup>41</sup>:

- o **modelo dos objectivos sociais** (*social goals model*), herdeiro do movimento dos centros sociais comunitários (*settlements*);

---

<sup>40</sup> Aos trabalhadores sociais irlandeses era exigida uma graduação inicial em Ciências Sociais, seguida de uma especialização em trabalho social.

<sup>41</sup> Cada um destes modelos apresenta-se como um *tipo puro* no sentido que Max Weber dá a este conceito. A tipologia adoptada por Patricia Kelley havia sido proposta por Catherine Papell e por Beulah Rothman em 1966 no artigo **Social group work models: possession and heritage**, in "Education for social work", s.l., Fall: 66-77 (Kelley, 1996: 303-304).

- o **modelo curativo** (*remedial model*), que importou muitos dos procedimentos do movimento psicoterapêutico;
- o **modelo da reciprocidade** (*reciprocal model*), que se alicerça sobretudo no movimento da dinâmica de grupos.

**Figura 3 – Modelos actuais de ISG**

Factores distintivos	Modelos		
	<i>Objectivos sociais</i>	<i>Curativo</i>	<i>Reciprocidade</i>
<b>Antecedentes</b>	Séc. XIX, movimento dos centros sociais (Grace Coyle, Jane Adams,...)	Movimento da Psicoterapia (Freud, Moreno, Foulkes,...)	Movimento da dinâmica de grupos (Kurt Lewin)
<b>Principal objectivo</b>	Ensinar responsabilidade social (perspectiva socio-educativa)	Contribuir para a cura dos clientes	Criar um clima grupal de auto-ajuda com sistemas sólidos de liderança
<b>Papel atribuído ao interventor</b>	Líder, educador, organizador, facilitador de aprendizagem	Conselheiro, facilitador terapêutico, agente de mudança em ambiente institucional ou não institucional (hospitais, centros de saúde)	Dinamizador não-directivo.
<b>Aplicações mais frequentes</b>	Escuteiros, clubes de jovens, centros comunitários, educação intercultural, (hispano-americanos, asiáticos, outras minorias,...), promoção da saúde, grupos de formação, grupos tarefa.	Aconselhamento em grupo (presencial e telefónico), psicoterapia com crianças e adolescentes (em fase terminal, vítimas de maus tratos, vítimas de incesto e de outros abusos sexuais, filhos de drogados), adultos (doentes mentais com neuroses ou psicoses, alcoólicos, delinquentes, com SIDA, com cancro, toxicodependentes), mulheres (vítimas de maus tratos, mães com HIV, em situação de pós-parto) psicoterapia familiar, psicoterapia com idosos.	Fortalecimento de grupos preexistentes, grupos de auto-ajuda ou de ajuda mútua (desabrigados, homossexuais, grupos minoritários, veteranos, familiares de militares da Guerra do Golfo,...)

Fonte: Carmo (2000: 84), inspirado em Kelley (1996)

Reconhecendo que na actividade prática as estratégias de ISG combinam muitas vezes elementos dos três modelos, é útil entender as suas diferenças. Na figura 3 procura-se justamente compará-los de acordo com quatro factores distintivos: os antecedentes, o principal objectivo, o papel atribuído ao interventor e as suas aplicações mais frequentes.

A par das estratégias de **trabalho social presencial**, acabadas de referir, desde meados da década de noventa começaram a registar-se na literatura de especialidade relatos de experiências de ISG que tiravam partido de tecnologias de informação e comunicação: **intervenções mediatizadas** pelo telefone (Conte et al, 1996), por redes de rádio amadores, pela combinação de telefone e radiodifusão e pelo recurso à telemática (Weinberg et al, 1996), têm vindo a tornar-se cada vez mais frequentes.

A conjuntura de anomia planetária que se vive no início do milénio, decorrente da planetarização prevista há várias décadas por Teillard de Chardin, por Leuret e por outros pensadores mais ou menos negligenciados<sup>42</sup>, tem sido recentemente analisada por diversos autores.

Fukuyama (2000), por exemplo, sugere que nas últimas décadas do século XX os alicerces da sociedade contemporânea foram seriamente danificados por aquilo a que chama *a grande ruptura*, cujos efeitos se observam sobretudo em três domínios: no acréscimo da delinquência<sup>43</sup>, na desagregação da família nuclear e no declinar da confiança. De acordo com este autor, as três tendências conjugadas têm vindo a baixar perigosamente o *capital social*<sup>44</sup> com evidentes efeitos desagregadores, urgindo reconstruir a ordem social do século XXI na base da confiança entre os seres humanos.

Outros autores têm vindo a defender vigorosamente a necessidade de combater as *identidades assassinas* (Malouf, 1999), valorizando as múltiplas pertenças de cada ser humano sem as amputar, na consciência da unidade do género humano e na convicção dos seus objectivos comuns (Dalai-Lama, 2000) e da eficácia de uma colaboração pacífica na resolução dos problemas (Muller, 1997, 1998).

Recentemente, Hans-Peter Martin e Harald Schumann (1998) procurando analisar o fenómeno da *glocalização*<sup>45</sup> estimam que, a manterem-se as macrotendências actuais, dentro de algumas décadas apenas dois décimos da humanidade terão possibilidades de ter uma vida com a qualidade exigida pelos direitos humanos internacionalmente consagrados. Para prevenir a consolidação desta catastrófica *sociedade dos dois décimos*, propõem 10 medidas de fundo, algumas das quais exigem uma sociedade civil forte, organizada e informada.

Na mesma linha de raciocínio, Alvin e Heidi Toffler (1995: 175-215), consideram indispensável desenvolver três estratégias globais para fazer face aos novos desafios: **dar maior poder às minorias** que o não têm, **criar uma democracia semi-directa**, tirando partido das novas tecnologias de informação e comunicação, e **promover novas regras de distribuição das decisões**.

Os exemplos poderiam multiplicar-se. Estes parecem-nos suficientes para salientar a necessidade de uma gigantesca ressocialização no sentido da construção daquilo que Adriano Moreira recentemente designou por **cidadania cosmopolita** (Moreira, 2001),

---

<sup>42</sup>Como se sabe, Chardin esteve diversos anos impedido de publicar pela Igreja Católica, só o podendo fazer após o Concílio Vaticano II. A obra de Leuret, apesar de legitimada por João XXIII que o convidou para conselheiro dos padres conciliares, nunca foi suficientemente debatida. No mesmo grupo dos *profetas negligenciados*, Toffler tem vindo a ser considerado um sociólogo menor por uma certa Academia que tem dificuldade em sair da sua cómoda fortaleza e dialogar com os comuns mortais. Curiosamente, este último autor tem sido levado muito a sério por outros sectores sociais, nos domínios económico, político e militar.

<sup>43</sup> Esta tendência não é, no entanto, tão evidente como o alarmismo da comunicação social faria supor: entre nós, vide Lourenço, N. e Lisboa, M., (1998).

<sup>44</sup> *O capital social pode ser definido simplesmente como um conjunto de valores informais ou normas partilhadas pelos membros de um grupo e que permite a cooperação entre essas pessoas* (Fukuyama, 2000: 36)

<sup>45</sup> Alguns autores designam por *glocalização* o processo simultâneo e de forças opostas a que as sociedades contemporâneas (e os seres humanos individualmente considerados) estão sujeitas, de *globalização* e de *localização*

isto é uma consciência planetária de direitos e de deveres Universais que possam reconstruir o tal *capital social* acima referido.

Para tal tarefa, o grupo afigura-se um instrumento indispensável que já deu provas no Passado, quer como meio de desenvolvimento pessoal e social, quer como instrumento de intervenção para melhorar a vida das populações.

## A investigação e o ensino da ISG no início do século XXI

A importância dada pela Academia ao estudo e ensino deste processo de intervenção social é retratada pela **investigação publicada** e pelos **programas lectivos oferecidos** nas várias instituições de ensino.

Temos consciência que o levantamento dum e doutros não pode ser exaustivo, dada a velocidade com que a produção de informação ocorre (Câmara, 1986) e tendo em conta a sua dimensão planetária. No entanto pode fazer-se uma ideia aproximada dos rumos que actualmente se desenham através da consulta de algumas bases de dados disponíveis.

### Tendências da investigação

Para colher indicadores sobre a importância conferida à investigação neste domínio recorreu-se a duas bases de dados:

- a primeira, intitulada *Dissertations abstracts*, é editada *on line* pela Universidade de Michigan (<http://wwwlib.umi.com/dissertations/>) e integra resumos de dissertações de Mestrado e de Doutoramento produzidas nos últimos anos; nela foram seleccionados títulos de 2000 e 2001 através dos descritores *Social Work e Group*<sup>46</sup>;
- a outra, é a *Social Sciences Index*, (editada por H. W. Wilson Company), em suporte CD Rom que compila registos de cerca de 250 revistas de Ciências Sociais; foram seleccionados 253 títulos de artigos e monografias disponíveis, publicados nos cinco anos mais recentes (1996-2000), com o descritor *social group work*..

Para efeitos de análise, **os títulos foram classificados** em quadros de acordo com a **temática dominante**. Da sua leitura podem extrair-se algumas **linhas de tendência** referidas nos parágrafos que se seguem.

---

<sup>46</sup> As operações efectuadas para seleccionar o corpus de análise foram as seguintes:

1. Selecção das dissertações com o descritor *Social work* em toda a base de dados, que revelou haver **11430 títulos**.
2. Selecção das dissertações com o descritor *Social work* apenas nos anos 2000 e 2001, que indicou a ocorrência de **215 títulos**.
3. Selecção das dissertações, para esses dois anos, com os descritores *Social work e Group* que apresentou **44 títulos**

O número de títulos encontrado num campo tão restrito parece indiciar o grande interesse da comunidade científica por esta temática.

## Dissertações

Quanto aos **trabalhos académicos** visando o doutoramento (mais raramente o mestrado) podemos agrupar a temática escolhida em quatro tipos de preocupações (quadro 1):

**Quadro 1 - Tendências actuais da investigação sobre intervenção social com grupos: dissertações por objecto de estudo**

Campos temáticos	Áreas-chave	Nº de títulos	%
Estudos de natureza geral	Teoria, metodologia, ensino e ética da ISG	<b>17</b>	<b>39</b>
Grupos de apoio <sup>47</sup> sócio-educativo	Grupos de apoio a famílias em risco	7	16
	Grupos de apoio em contexto escolar	2	5
	Grupos de idosos	5	11
	Grupos de apoio multiculturais	5	11
	Grupos de apoio a adolescentes em alto risco	4	9
Grupos de apoio psicoterapêutico	Doentes com distúrbios alimentares	1	2
	Doentes mentais	1	2
	Profissionais que trabalham em psicoterapia	1	2
Grupos de acção social	Grupos-tarefa em contexto organizacional	1	2
	<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: classificação de 44 títulos dissertações publicados em 2000 e 2001 in Digital Dissertations, Proquest, UMI, <http://www.lib.umi.com/dissertations/>

**1. Grupos de apoio sócio-educativo.** É a categoria em que se registam mais trabalhos académicos, com mais de metade do corpus analisado<sup>48</sup>. Integram-se neste cacho de preocupações estudos sobre cinco tipos de grupos de apoio:

- **Famílias em risco** devido à ocorrência de situações de **violência doméstica** (sobretudo sobre mulheres, crianças e idosos), ou ao facto de possuírem **membros dependentes** e que constituem um encargo adicional para o grupo familiar, devido a doença mental, a deficiência, ou a comportamentos desviados.
- **Grupos em contexto escolar**, nomeadamente de estudantes com problemas de **comportamento** e de **aproveitamento**
- **Grupos de idosos.** Encontrámos nesta subcategoria dissertações sobre trabalho com grupos de idosos **doentes**, com grupos de idosos **autónomos** carentes de apoio para manterem a sua autonomia, e grupos de **cônjuges** de mulheres que haviam contraído a doença de Alzheimer.

<sup>47</sup> A designação *grupos de apoio* em vez de *grupos de desenvolvimento* justifica-se, na tipologia adoptada, pelo facto de o *grupo de apoio* ter por objectivos, não só o suporte dos seus membros (grupo de desenvolvimento), mas também por vezes a realização de acções exteriores ao próprio grupo, utilizando-o como instrumento (grupo de acção social).

<sup>48</sup> Com o intuito de não sobrecarregar excessivamente o texto, optou-se por não apresentar a identificação bibliográfica dos 44 títulos encontrados nesta base de dados nem dos 253 títulos a que adiante se faz referência, uma vez que eles apenas nos serviram para fornecer uma visão exploratória sobre as grandes tendências da investigação e que a sua consulta é de acesso fácil, ou pela internet ou nos CD Roms atrás referidos.

- **Grupos de natureza multicultural**, tais como **minorias étnicas** (judeus, imigrantes de variada origem e refugiados), ou minorias portadoras de **subculturas** específicas como desalojados<sup>49</sup> e deficientes<sup>50</sup>.
- **Grupos de adolescentes em alto risco**, como **bandos** de adolescentes, adolescentes em fase de **reinserção** social e em situação de **institucionalização**.

Conforme já havíamos notado numa investigação anterior relativamente aos estudos sobre minorias (Carmo, 1998: 69), *provavelmente esta preferência deve-se à visibilidade do fenómeno das minorias e ao seu posicionamento como problema no imaginário social, assumindo-se como tema prioritário da comunidade científica ligada às Ciências Sociais*. Qualquer dos grupos referidos apresenta-se numa situação de risco social, quer para si próprios, quer para a sociedade envolvente, constituindo um tema actual, não só cientificamente interessante, mas também susceptível de financiamento para quem o queira estudar.

2. **Estudos de natureza geral.** Nesta categoria foram integradas dez dissertações sobre questões de **desenvolvimento curricular** e **formação contínua**, dos cursos de Trabalho Social, quatro que testavam **novas práticas** de intervenção e três sobre **atitudes e valores** profissionais, correspondendo a quase 40 % do *corpus* analisado. A preocupação dos académicos com esta categoria parece indiciar o reconhecimento da necessidade de reformular a formação profissional (inicial e contínua) bem como algumas práticas no terreno, no domínio da intervenção social com grupos. A verificar-se, trata-se de uma tendência interessante, pois frequentemente, a estratégia hegemónica das instituições formadoras de trabalhadores sociais tem sido o *case work*, em detrimento do *social group work* e do *community work*.
3. **Grupos de apoio psicoterapêutico.** Nesta categoria encontraram-se só três dissertações, o que poderia levantar a hipótese de se tratar de um domínio negligenciado pelos interventores sociais. Em nosso entender tal interpretação não é correcta, como se procurará mostrar adiante, na análise do quadro 1.2, podendo dever-se apenas ao facto de, normalmente, os candidatos a doutoramento nos domínios da intervenção social não possuem os pré-requisitos necessários a investigações deste teor, nomeadamente no que respeita à posse de qualificação pós-graduada em psicoterapia.
4. **Grupos de acção social.** De igual modo, esta categoria encontra-se quase deserta, parecendo-nos no entanto que por motivos diferentes. Poder-se-á aqui levantar a hipótese de que o estudo dos grupos-tarefa e dos grupos em contexto organizacional têm sido temas de estudo preferenciais da Psicologia Social. Para os académicos ligados ao Trabalho Social parece que este domínio não lhes tem suscitado interesse como tema de investigação ou porque a teoria e a metodologia existentes lhes parece

---

<sup>49</sup> Os desalojados ou *sem abrigo* podem considerar-se integrados na subcultura da pobreza, no sentido que lhe é dado por Oscar Lewis (1968: 353-369). As preocupações dos investigadores com estes grupos giram em torno de estratégias de empowerment, visando a sua autonomização, traduzidas por exemplo no apoio à constituição de microempresas.

<sup>50</sup> Os deficientes, particularmente algumas categorias como os surdos, devido à conjugação de factores inerentes ao seu handicap com razões decorrentes de situações de exclusão social, constituem por vezes autênticas subculturas, no sentido antropológico do termo.

suficiente, ou porque não estão particularmente motivados para estudos que usam, frequentemente, aproximações experimentais que lhes são menos familiares.

Relativamente a **Portugal**, procurou-se indagar algumas tendências quanto a teses produzidas, tendo-se recorrido aos dois relatórios que procuram descrever o perfil da investigação científica portuguesa nas áreas de Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia, e nos domínios das Ciências da Educação e da Psicologia, publicados pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias (Almeida, et al, 1999; Ambrósio et al, 1998)<sup>51</sup>.

Da lista de 49 dissertações de doutoramento em **Antropologia**, apresentadas entre 1986 e 1996, apenas duas se inclinam para a problemática dos grupos: a de Susana Pereira Bastos (1994) sobre grupos excluídos durante o período do Estado Novo, e a de Viegas Tavares (1996) sobre grupos de minorias étnicas. De um modo geral, todas as outras apresentam uma focagem mais *macro*, coerente aliás com a perspectiva antropológica clássica.

No que respeita às teses de **Sociologia** produzidas no mesmo período, observa-se que em 79 trabalhos, apenas 6 apresentam um enfoque mais evidente sobre a problemática de vários tipos de grupos, ainda que não se debrucem especificamente sobre a ISG:

- Sobre elites, facções e conflito intra-partidário, de Maria José Stock (1989), analisando especificamente o processo ocorrido no interior do PPD/PSD entre 1974 e 1989.
- Sobre famílias operárias no Barreiro, de Ana Nunes de Almeida (1990).
- Sobre a dinâmica de poder no interior de dois serviços hospitalares, de Graça Carapinheiro (1990).
- Sobre a estrutura e dinâmica de grupos de jovens na transição para a vida adulta, de José Machado da Silva Pais (1991)
- Sobre a inserção de grupos de imigrantes portugueses em Paris, de Maria Engrácia Leandro (1992)<sup>52</sup>
- Sobre a dinâmica intra-familiar, de João Arriscado Nunes (1993)

No que concerne às **Ciências da Educação** e à **Psicologia**, das teses produzidas no período em questão (152 e 110 respectivamente) não foram encontrados títulos que indicassem conteúdos específicos relativamente à ISG<sup>53</sup>. No entanto, vários trabalhos referem indirectamente a importância dos grupos na intervenção (Ambrósio et al, 1998: 178-189). Apenas três exemplos para as C. Educação: a tese de Anne Fontaine (1987) sobre o processo de formação da motivação para o sucesso escolar dos adolescentes em função dos seus grupos de pertença; a de António Candeias (1993) sobre as actividades da escola oficina nº1 de Lisboa; e a de Lídia Resendes (1994) sobre o modelo

---

<sup>51</sup> Fez-se também uma consulta à base de dados da Biblioteca Nacional sobre Dissertações e Teses Digitais: <http://dited.bn.pt>, infelizmente sem êxito, uma vez que está em fase de construção do site.

<sup>52</sup> Este trabalho é particularmente interessante pois permite observar a evolução dos grupos de portugueses em França a uma distância de vinte anos, relativamente ao estudo pioneiro de Maria Beatriz Rocha-Trindade (1970)

<sup>53</sup> O nosso objectivo era procurar indícios de estudos sobre a ISG através dos títulos sem proceder a uma análise exaustiva. É muito provável que tal análise viesse a revelar que diversos investigadores tenham usado os grupos como instrumentos de intervenção. A questão que se põe é que não foram encontrados indícios de que o tenham eleito como objecto de estudo.

pedagógico de Sérgio Niza. Para a Psicologia dois exemplos enquadram-se nesta preocupação: as teses de Maria das Dores Simões (1988) que aborda a questão da comunicação entre crianças e a de Maria Luisa Barros sobre a intervenção junto de mães de bebés em risco.

Não havendo ainda doutoramentos em **Serviço Social** concedidos por Universidades portuguesas, há no entanto um número reduzido de Doutores neste ramo, que obtiveram o grau na Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (PUC-SP). Nenhuma das sete teses encontradas, no entanto, versa directamente sobre a ISG<sup>54</sup>.

Para além dos trabalhos académicos de doutoramento, vale a pena referir que, desde a primeira metade dos anos oitenta tem sido produzida em Portugal diversa investigação para obtenção do grau de Mestre, incidindo o seu olhar na problemática dos grupos. É o caso de diversas dissertações em campos disciplinares das Ciências Sociais, de Psicologia e de Ciências da Educação e de domínios interdisciplinares como os da comunicação educacional multimédia, da comunicação em saúde ou das relações interculturais, apenas para dar exemplos observados na Universidade Aberta.

Seria desnecessário fazer uma lista exaustiva desses trabalhos, numa secção que apenas pretende fazer referência à importância que tem sido dada à ISG pela investigação académica. Bastará dizer a título de exemplo que, da lista de 99 dissertações de mestrado em Relações Interculturais defendidas entre 1991 e Outubro de 2001, no âmbito do Mestrado com o mesmo nome desta última Universidade, encontramos 33 que abordam explicitamente a problemática da intervenção com grupos, sobretudo de minorias e em contexto escolar.

Em suma, dos elementos coligidos sobre as dissertações, **parece evidente o interesse que as comunidades académicas têm consagrado ao estudo da ISG**. Se compararmos esses elementos com os *modelos puros* de Kelley (1996) sintetizados na Figura 3, parece em todo o caso que o interesse não tem sido idêntico para cada um deles, registando-se uma particular **apetência pelo modelo dos objectivos sociais, de incidência sócio-educativa**, em detrimento do *modelo curativo*, praticamente não se observando trabalhos académicos sobre o *modelo da reciprocidade*.

### Monografias e artigos

A análise dos 253 trabalhos publicados sob o formato de monografias ou artigos, parece indicar uma maior diversidade de interesses<sup>55</sup>, ainda que possamos agrupar as temáticas escolhidas nas mesmas quatro categorias (quadro 2):

1. **Aspectos gerais** (98 títulos). Esta categoria abrange trabalhos diversos cujo principal objectivo é produzir **conhecimento teórico e metodológico** sobre a intervenção social com grupos (*social group work*) e divulgar conhecimentos,

---

<sup>54</sup> Os sete trabalhos são da autoria de Francisco Branco (exclusão social), Marília Andrade (habitação e mediação), Rosário Serafim (serviço social e tecnologias de informação), Marlene Rodrigues (violência), Maria Augusta Negreiros (formação e profissionalização em serviço do serviço social), Fernanda Rodrigues (políticas sociais) e Alcina Martins (história do serviço social)

<sup>55</sup> Já havíamos notado esta tendência aquando do estudo análogo que desenvolvemos sobre a temática do Desenvolvimento Comunitário (Carmo, 1998: 71-74)

técnicas e atitudes consideradas adequadas à boa prática de intervenção. A abundância de títulos nesta categoria – com quase 40 % do *corpus* - parece confirmar a tendência já observada nas dissertações, no sentido de aprofundar este domínio e de reconhecer a sua importância instrumental. Um aspecto interessante é a ocorrência ainda que em número reduzido (4 títulos) de **estudos comparados**, o que parece mostrar a necessidade de inserir a ISG e o seu ensino num contexto multicultural.

2. **Grupos de apoio sócio-educativo** (73 títulos). Esta categoria desce para segundo lugar em termos de ocorrências, correspondendo no entanto a quase um terço do *corpus*, o que confirma a tendência já observada. Para além das preocupações pelos grupos de **adolescentes em alto risco**, pelos **grupos multiculturais**, pelas **famílias em risco**<sup>56</sup> e pelos **grupos em contexto escolar**<sup>57</sup>, todas elas já observadas nas dissertações, as monografias e artigos apresentam outras temáticas, seguidamente sumariadas:

**Quadro 2. - Tendências actuais da investigação sobre intervenção social com grupos: monografias e artigos por objecto de estudo**

<b>Campos temáticos</b>	<b>Áreas-chave</b>	<b>Nº de títulos</b>	<b>%</b>
<b>Aspectos gerais</b>	Teoria, metodologia, ensino e ética da ISG	<b>98</b>	<b>39</b>
	Boas práticas (técnicas presenciais e a distância)	75	
	Estudos comparados de ISG (diacrónicos e sincrónicos)	19	
		4	
<b>Grupos de apoio sócio-educativo</b>	Grupos de apoio a adolescentes em alto risco	<b>73</b>	<b>29</b>
	Grupos de apoio a situações de risco social	14	
	Grupos de apoio multiculturais	10	
	Grupos de apoio a crianças em risco	9	
	Grupos de apoio a famílias em risco	8	
	Grupos de apoio a gays e lésbicas	8	
	Grupos de apoio em contexto escolar	8	
	Grupos de apoio à mediação de conflitos	6	
	Grupos de apoio a famílias de doentes	3	
	Grupos de apoio a vítimas da competição	3	
	Grupos de apoio a cônjuges de enfermeiros residentes	2	
	Grupos de apoio ao desenvolvimento da espiritualidade	1	
<b>Grupos de apoio psicoterapêutico</b>	Doentes mentais, alcoólicos, toxicodependentes	<b>59</b>	<b>23</b>
	Crianças e adolescentes em risco	16	
	Grupos de ajuda mútua	11	
	Doentes crónicos	10	
	Mulheres maltratadas	9	
	Homens maltratantes	3	
	Pais e mães de luto	3	
	Grupos de apoio a mulheres (obstetrícia, menopausa)	3	
	Deficientes em processo de reabilitação	2	
<b>Grupos de acção social</b>	Grupos tarefa em serviços sociais	<b>23</b>	<b>9</b>
	Grupos-tarefa em contexto organizacional	20	
		3	
<b>Total</b>		<b>253</b>	<b>100</b>

Fonte: classificação de 253 títulos de artigos e monografias publicados entre 1996 e 2000 in Social Sciences Index, H. W. Wilson Company em CD Rom

<sup>56</sup> Devido à ocorrência de situações de droga, divórcio, maus tratos, membros reclusos, doença mental, etc.

<sup>57</sup> Nomeadamente de grupos de estudantes com problemas de comportamento e de aproveitamento, grupos de pais e grupos de professores

- **Grupos de apoio a situações de risco social**, nomeadamente, a **doentes com SIDA**, vítimas de exclusão pela sua doença estigmatizante, a **mulheres sós**, a **desabrigados**, a **reclusos** e a **prostitutas**.
  - **Grupos de apoio a crianças em risco**, como **crianças de rua**, crianças em situação de **adoção** (nacional e internacional), crianças em grupos de **recuperação escolar**, e **filhos de pais em situação problemática** (cujos pais são toxicodependentes ou doentes mentais).
  - **Grupos de apoio a gays e lésbicas**. Nesta subcategoria encontraram-se tanto relatos de **grupos de discussão** em torno da condição homossexual, como de grupos com problemas específicos ligados à questão da SIDA, nomeadamente, grupos de **sero-positivos** e grupos de **sero-negativos**.
  - **Outros grupos com menor representação no corpus**. Enquadram-se nesta subcategoria diversos trabalhos sobre variados grupos de apoio, nomeadamente a **vítimas da competição** - por exemplo, empregados de empresas e atletas de alta competição vítimas de stress - à **mediação de conflitos**, a **famílias de doentes** - tanto em tratamento ambulatório como hospitalar - a **cônjuges** de enfermeiros residentes e a grupos religiosos votados ao desenvolvimento da **espiritualidade**.
3. **Grupos de apoio psicoterapêutico** (59 títulos). Esta categoria regista uma representação significativamente superior à que apresentava na base de dados das dissertações, com 23 % do *corpus* e integra monografias e artigos sobre uma variada gama de situações:
- **Grupos carecendo de intervenção psiquiátrica**, como **doentes mentais**, **alcoólicos**, **toxicodependentes** e adultos com **traumatismo de abuso infantil**.
  - **Crianças e adolescentes com a saúde mental em risco**, nomeadamente, **crianças abusadas**, **adolescentes** em crise de identidade, **filhos** de doentes com SIDA e de alcoólicos.
  - **Grupos de ajuda mútua**. Nesta subcategoria que podemos enquadrar no *modelo da reciprocidade* de Kelley (vide fig. 1.3), integram-se relatos de intervenções com grupos de ajuda mútua de **minorias**, (por exemplo crianças hispânicas com pais reclusos), de **mulheres maltratadas**, de **toxicodependentes**, de **doentes mentais**, de **grupos intergeracionais** para resolução de problemas e, de **grupos on-line**. Apesar de serem em número reduzido (10) relativamente ao *corpus* analisado, os artigos sobre grupos de ajuda mútua indiciam uma preocupação que temos observado em vários *fora* (Ornelas e Maria, 2000, 2001), em dotar a sociedade civil de mecanismos de auto-regulação a fim de fazer face à tendência global para descentralização (Naisbitt, 1988, Naisbitt e Aburdene, 1990). De igual modo, a alusão aos grupos de ajuda mútua on-line, particularmente com deficientes e com doentes com

SIDA, residentes em regiões periféricas<sup>58</sup>, revela uma tendência crescente para conjugar as estratégias de ISG com as novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs).

- **Doentes crónicos, cardíacos e do foro oncológico**<sup>59</sup>.
  - **Vítimas e agressores de violência doméstica.** Nesta subcategoria, integram-se grupos de **mulheres maltratadas** – por vezes em situação agravada por traumatismos de guerra como refugiadas cambodjianas, vítimas de violação – e grupos de **homens maltratantes**. A ocorrência de artigos sobre esta última situação parece indiciar uma nova linha de intervenção, até há pouco estigmatizada<sup>60</sup>.
  - **Outros grupos com menor representação no corpus.** Integram-se nesta subcategoria um pequeno conjunto de títulos sobre grupos de apoio psicoterapêutico a situações muito particulares como **pais e mães de luto** pela perda precoce de seus filhos, **pais de soldados** israelitas, mulheres fragilizadas por questões de **saúde** e deficientes em processo de **reabilitação**.
4. **Grupos de acção social** (23 títulos). Tal como a categoria anterior, esta regista uma representação bastante superior à que observámos na base de dados das dissertações (9 % do *corpus*), integrando monografias e artigos sobre dois conjuntos de situações:
- **Grupos-tarefa em serviços sociais**, com missões ligadas à **integração comunitária** – como o realojamento de ex-institucionalizados e a reintegração na comunidade de mulheres com SIDA – ou à **acção política**<sup>61</sup> junto de movimentos sociais, do poder local e em campanhas pela defesa de direitos humanos.
  - **Grupos-tarefa em contexto organizacional**, com objectivos ligados ao fomento da **coesão** organizacional ou à melhoria do seu **desempenho**.

---

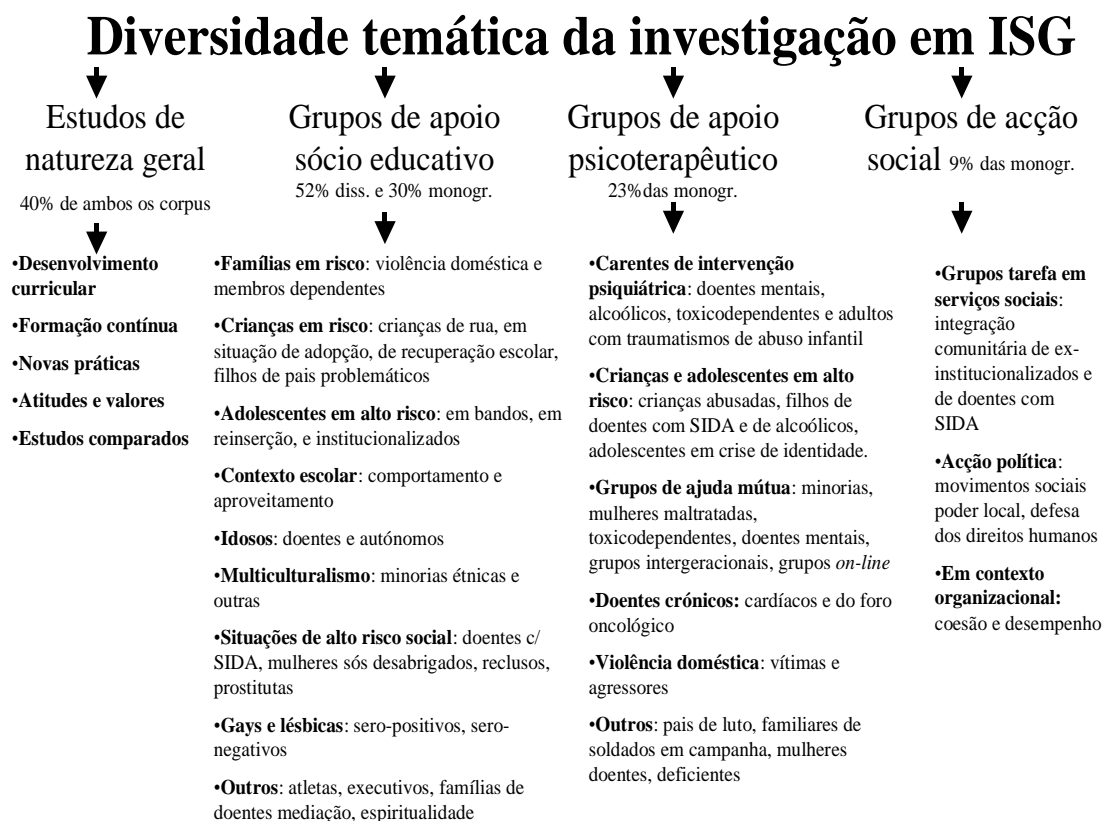
<sup>58</sup> Numa pesquisa bibliográfica feita anteriormente na mesma base de dados acerca de artigos publicados entre 1995 e 1996 (Carmo, 2000), já havíamos encontrado este tipo de utilização dos grupos *on-line*, a propósito do apoio a famílias de veteranos da guerra do Golfo (Parker, 1995).

<sup>59</sup> Incluiu-se também nesta subcategoria o artigo de Chong, Alice (2000), **Reminiscence group for chinese older people**, “Journal of Gerontological Social Work” (34), que relata uma experiência com grupos de idosos para prevenção da senilidade.

<sup>60</sup> A este propósito vale a pena contar que o autor deste texto ainda há pouco tempo, na 1ª Conferência sobre Saúde Mental e Desenvolvimento Comunitário, ocorrida em Lisboa em 1999, num debate sobre violência doméstica, encontrou uma surpreendente reacção negativa por parte da assembleia, quando em certo momento referiu a necessidade de se criarem programas de reabilitação para os agressores, independentemente da sua sanção criminal.

<sup>61</sup> Como referimos noutro trabalho (Carmo, 1999: 160-162), este tipo de intervenção visa sobretudo a autonomização do sistema-cliente na defesa dos seus interesses (*empowerment*) ou a sua representação quando este se encontra impossibilitado de o fazer (*advocacy*)

Figura 4



### Tendências do ensino

As tendências do ensino da Intervenção Social com Grupos podem inferir-se da abundância de **materiais educativos produzidos**, sob a forma de artigos, monografias ou manuais, e pela **diversidade dos programas lectivos oferecidos** nas várias instituições de ensino<sup>62</sup>. Tendo em conta, como atrás se referiu, que é impossível fazer um levantamento exaustivo duma situação em permanente mudança, apresentam-se seguidamente alguns elementos que indiciam a importância dada a esta área disciplinar.

#### Em instituições de ensino presencial

As instituições de ensino presencial que mais frequentemente integram a Intervenção Social com Grupos nos seus programas são, como seria de prever, as que preparam quadros para a intervenção social, nomeadamente nas áreas da **intervenção sócio-educativa, terapêutica** ou **sócio-política**, que dispõem de saberes nos domínios das **Ciências Sociais** e da **Educação**.

<sup>62</sup> Tanto as que usam métodos presenciais como as que adoptam modelos de leccionação flexível, com diversas combinações de ensino presencial e a distância.

A fim de identificar as principais instituições que leccionam actualmente estas matérias em Portugal, recorreu-se ao *site* da Direcção Geral do Ensino Superior de onde se elaboraram os quadros 3 a 5 que passamos a comentar.

### Quadro 3 - O ensino da intervenção social em Portugal por sector

Área dominante	Curso	Sector Público	Sector Particular e Cooperativo
<b>Sócio Educativa</b> (11 cursos) (32% da oferta de cursos)	Animação	4	3
	Educação e Intervenção Comunitária	1	
	Educação social	2	1
<b>Terapêutica</b> (2 cursos, 6 %)	Desenvolvimento Comunitário e saúde Mental		1
	Reabilitação e Inserção Social		1
<b>Psicossocial e Sócio-Política</b> (21 cursos, 62 %)	Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento	1	
	Aconselhamento Psicossocial		1
	Intervenção Social e Comunitária		1
	Investigação Social Aplicada		3
	Política Social	2	
	Serviço Social	1	9
	Acção Social	1	
	Sociologia Aplicada		3
	Trabalho Social	1	
<b>Total</b>		<b>13</b>	<b>23</b>

Fonte: <http://www.desup.min-edu.pt>, acedido em 5-10-2001

Em Outubro de 2001 eram 36 os cursos oferecidos pelo sistema de ensino superior português que se enquadravam directamente no conceito de intervenção social atrás definido<sup>63</sup>. Deste número, 34 eram oferecidos em regime presencial e dois a distância.

O primeiro aspecto que sobressai da análise do quadro 3 é da **maior oferta por parte do ensino superior particular e cooperativo** (23 cursos) em detrimento do ensino superior público (13 cursos). Isto é devido, sem dúvida, a razões de natureza histórica, uma vez que durante muitos anos, a oferta de cursos nesta área se circunscreveu aos cursos de serviço social oferecidos por instituições directa ou indirectamente ligadas à igreja católica<sup>64</sup>, à excepção do curso de serviço social criado no ISCSPU em 1964<sup>65</sup>.

<sup>63</sup> Utiliza-se aqui a acepção restrita do conceito, ou seja, a que confere um saber generalista, no sentido que lhe foi atrás indicado.

<sup>64</sup> Sobre a História do Serviço Social em Portugal vide Carvalho e Mouro (1987). (...) *Em 1935, sob o patrocínio da A.C.P. (Acção Católica Portuguesa) é fundado em Lisboa o Instituto de Serviço Social, e dois anos mais tarde Bissaya Barreto em Coimbra, funda através da Junta da Beira Litoral a Escola Normal Social* (Carvalho e Mouro, 1987: 69).

<sup>65</sup> *Em 1964, no seguimento da experiência adquirida com o estabelecimento em Angola e Moçambique dos Institutos de Educação e Serviço Social, (Adriano Moreira) propôs a criação no Instituto (ISCSPU) de um Curso Superior de Serviço Social, a título de experiência pedagógica, com o apoio do Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário (...) tendo o primeiro ano do plano de estudos começado a funcionar no ano lectivo de 1964/65.*

*Novo despacho de 7 de Março de 1967 (...) criou o Curso Complementar de Serviço Social, destinado à obtenção do grau de licenciado nesta especialização (...)* (Barata, 1995 :80).

Os títulos dos cursos indiciam a sua vocação principal. Podemos agrupá-los em três categorias: cursos de dominante sócio-educativa, terapêutica ou psicossocial/sócio-política.

Os **cursos de dominante sócio-educativa**, em número de 11, correspondendo a perto de um terço do total da oferta, apresentam uma tónica curricular nas Ciências da Educação e são direccionados para a preparação de profissionais da área de educação extra-escolar, nomeadamente nas áreas da animação<sup>66</sup>, da intervenção comunitária e da educação social, sendo claros os indícios do reconhecimento social da nova equação educativa (Carmo, 2001: 243-251).

Os **cursos de dominante terapêutica** apresentam-se em número reduzido - dois apenas - ambos pretendendo fazer a ligação entre a tradicional vocação clínica dos cursos de Psicologia e os novos desafios de inserção comunitária dos doentes mentais e dos deficientes. É significativo, por isso, que os dois únicos cursos sejam oferecidos pela mais antiga escola de Psicologia do país, o ISPA, que também aqui parece ter sido pioneira.

Os **cursos de dominante psicossocial e sócio-política** constituem a maioria da oferta existente (23 cursos correspondendo a 62 % do conjunto). Isto deve-se, sobretudo, ao peso dos cursos de Serviço Social atrás referido, a que se juntou o reconhecimento, por parte das novas instituições de ensino superior, da necessidade crescente de preparar profissionais de intervenção social para fazer face aos problemas da conjuntura. Os nomes dos diversos cursos parecem indicar a preponderância da intervenção social leccionada: mais *sócio-política* (Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento, Intervenção Social e Comunitária, Investigação Social Aplicada, Política Social, Sociologia Aplicada) ou mais *psicossocial* (Aconselhamento Psicossocial, Serviço Social, Trabalho Social, Acção Social). No entanto, do nosso ponto de vista a diferença não é suficiente para os inserirmos em categorias diferenciadas.

Um segundo elemento significativo (Quadro 4) é a **preponderância de cursos leccionados pelo subsistema de Ensino Superior Politécnico** (26) relativamente ao que é oferecido pelas Universidades (10). Esta assimetria deve-se sobretudo à natureza profissionalizante dos *curricula*, estruturalmente mais próxima do que é comum no primeiro do que nas segundas.

Apesar deste argumento, diversas Universidades apostaram neste tipo de cursos, quer porque correspondia à sua vocação específica – caso das Universidades Técnica de Lisboa, Aberta e Católica que sempre estiveram vocacionadas para as questões do desenvolvimento sócio-económico - quer porque se tratava de Universidades localizadas em zonas periféricas com tais problemas muito visíveis – caso das Universidades dos Açores, do Algarve, de Trás-os Montes e Alto Douro e da Beira Interior – quer ainda porque se tratava de Universidades particulares que vislumbraram correctamente este domínio como um nicho do mercado, dadas as necessidades sociais detectadas – caso da Universidade Moderna.

---

<sup>66</sup> Contabilizaram-se aqui os seguintes cursos: *Animação Cultural, Animação Cultural e Educação, Animação Educativa e Sociocultural, Animação Socioeducativa; Animador(es) Sociocultural(is)*.

**Quadro 4 - O ensino da intervenção social em Portugal por subsistema de ensino superior**

Área dominante	Curso	Universitário	Politécnico
<b>Sócio Educativa</b>	Animação		7
	Educação e Intervenção Comunitária	1	
	Educação social		3
<b>Terapêutica</b>	Desenvolvimento Comunitário e saúde Mental		1
	Reabilitação e Inserção Social		1
<b>Psicossocial e Sócio-Política</b>	Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento	1	
	Aconselhamento Psicossocial		1
	Intervenção Social e Comunitária		1
	Investigação Social Aplicada	3	
	Política Social	2	
	Serviço Social	1	9
	Sociologia Aplicada		3
	Acção Social	1	
	Trabalho Social	1	
<b>Total</b>		<b>10</b>	<b>26</b>

Fonte: <http://www.desup.min-edu.pt>, acessido em 5-10-2001

Quanto ao grau académico oferecido (Quadro 5), observa-se que ele é predominantemente de **Licenciatura** (28 cursos em 36), ainda que as razões anteriormente referidas tenham condicionado, em nove casos, a estruturação dos programas em duas etapas.

Do que se acaba de referir pode concluir-se que o ensino da intervenção social em Portugal é leccionado há várias décadas (desde 1935 para os Institutos de Serviço Social e desde 1964, para o então Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina). No entanto, só recentemente se registou um aumento do número de cursos e, à excepção da Licenciatura do ISCSPU<sup>67</sup> (ISCSP desde 1974), só há poucos anos este domínio viu reconhecida a formação dos seus profissionais com o grau de licenciado.

Provavelmente por este motivo e porque a única licenciatura existente desde os anos sessenta estava mais vocacionada para o Desenvolvimento Comunitário que para a intervenção psicossocial<sup>68</sup> (Carmo, 1998; Barata, 1995), regista-se pouca produção de trabalhos no domínio da ISG.

<sup>67</sup> Como se infere do que se disse atrás, a primeira Licenciatura em Serviço Social foi criada em 1967 no ISCSPU da UTL. Esta licenciatura foi suspensa em 1969 pelo então Ministro da Educação Hermano Saraiva por razões políticas, ressuscitando em 1980 com o Decreto 29/80 de 17 de Maio com o mesmo nome, sendo mais tarde crismada com a designação de Licenciatura em Política Social (Portaria 541/84 de 31 de Julho), mantendo a mesma estrutura curricular.

<sup>68</sup> Recordar-se que o Curso de Serviço Social foi criado em 1964, a partir do *Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário* surgido em 1963, que, no ano da fundação do curso se passaria a chamar *Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário* (Carmo, 1998).

**Quadro 5 - O ensino da intervenção social em Portugal por grau académico**

Área dominante	Curso	Bacharelato	Licenciatura <sup>69</sup>
Sócio Educativa	Animação	3	4
	Educação e Intervenção Comunitária		1
	Educação social		3
Terapêutica	Desenvolvimento Comunitário e saúde Mental		1
	Reabilitação e Inserção Social		1
Psicossocial e Sócio-Política	Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento		1
	Aconselhamento Psicossocial		1
	Intervenção Social e Comunitária	1	
	Investigação Social Aplicada		3
	Política Social		2
	Serviço Social		10
	Acção Social	1	
	Sociologia Aplicada	3	
	Trabalho Social		1
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>28</b>

Fonte: <http://www.desup.min-edu.pt>, acessido em 5-10-2001

No ISCSP, por exemplo, a produção é substancialmente inferior à que registámos para o domínio do Desenvolvimento Comunitário (Carmo, 1998). À excepção das lições policopiadas de Óscar Soares Barata para a disciplina *Serviço Social de Grupos* (Barata, 1966), não se encontram trabalhos exclusivamente direccionados para este objecto de estudo.

No entanto alguns estudos, publicados em formato autonomizado ou inseridos na revista *Estudos Políticos e Sociais*, merecem a atenção pela sua preocupação indirecta com a problemática da estrutura e dinâmica dos grupos sociais:

- Óscar Barata (1964) discorrendo sobre a questão racial numa perspectiva *macro*, discute com profundidade a génese e a dinâmica das estruturas sócio-raciais<sup>70</sup> constituindo, em Portugal, um estudo pioneiro sobre a formação de atitudes raciais; mais tarde (1974) este autor consagra uma secção da sua *Introdução às Ciências Sociais* ao estudo dos grupos.
- Silva Cunha (1956 e 1958), apresenta um estudo precursor sobre os movimentos associativos da África Negra, que procura descrever e interpretar de acordo com um modelo de análise que sugere.
- Com foi atrás referido, Maria Beatriz Rocha-Trindade escolhe como tema de investigação os grupos de migrantes portugueses em Paris, constituindo também este, um estudo pioneiro sobre o comportamento de grupos minoritários.

<sup>69</sup> Nove dos cursos de licenciatura têm uma estrutura bi-etápica

<sup>70</sup> Consagra especificamente a esta temática o segundo capítulo da sua tese de doutoramento ao qual consagra setenta páginas (pp 200-270)

- Hermano Carmo (1983), descreve e avalia a eficácia e a eficiência da estratégia de não violência activa desenvolvida por diversos grupos de militantes dos direitos humanos.

A **organização curricular** das três licenciaturas criadas nos anos sessenta - Ciências Sociais e Política Ultramarina, Serviço Social e Ciências Antropológicas e Etnológicas - espelha igualmente uma menor preocupação pela ISG, daquela que se havia registado com o Desenvolvimento Comunitário. Com efeito, esta matéria apenas é leccionada na disciplina *Serviço Social de Grupos*, sendo no entanto afluída em cadeiras de natureza geral como *Introdução à Sociologia*, *História da Sociologia*, e mais tarde, em *Introdução às Ciências Sociais*.

Com a reforma curricular de 1980, o ensino desta matéria manteve-se presente na licenciatura em Política Social, bem como nalgumas das disciplinas e seminários do Mestrado em Sociologia.

Desde então o estudo e a aplicação da ISG mantiveram-se presentes na vida académica do Instituto, revelados sob a forma de várias dezenas de **relatórios de estágio** de Política Social realizados em meio rural e urbano<sup>71</sup>.

-----

Se a formação inicial neste domínio parece não ter contado com significativa produção de trabalhos em seu apoio, registou-se **alguma iniciativa em matéria de formação contínua**.

Um exemplo interessante é o da revista *Informação Social*, da Direcção Geral de Assistência Social, publicada entre 1966 e 1970, destinada a difundir investigações e experiências que tivessem relevância para as actividades desenvolvidas por aquela Direcção Geral e para a formação contínua do seu pessoal<sup>72</sup>.

Durante esse período foram publicados vinte números, a partir dos quais seleccionámos os artigos mais directamente ligados à Intervenção Social com Grupos que coligimos na figura 5.

Dos quinze artigos seleccionados, quatro registam a preocupação de fornecerem informação geral sobre a ISG, seis revelam uma intencionalidade sócio-educativa e cinco apresentam uma problemática de dominante psicoterapêutica.

Em todos eles é notória a intenção dos artigos se situarem numa perspectiva prática, uma vez que a revista se dirigia a trabalhadores da área da assistência social.

---

<sup>71</sup> Numa breve pesquisa efectuada na biblioteca do ISCSP utilizando o descritor *trabalho social* contabilizaram-se 97 relatórios de estágio da licenciatura em Política Social, muitos dos quais utilizaram estratégias de ISG combinadas com técnicas de intervenção psicossocial e de desenvolvimento comunitário.

<sup>72</sup> Recordar-se que nessa época ocorreu uma abertura política com efeitos imediatos na intervenção social, particularmente nas experiências de intervenção comunitária.

## Figura 5 – Contribuição da revista *Informação Social* para a ISG

### Aspectos gerais

1. Góis, Maria Nasciolinda, 1966, **Elementos de psicologia dos grupos**, (2), PP 5-20
2. Marvão, Josefina, 1966, **Liderança: um conceito em evolução**, (3), PP 5-17
3. Ataíde, Isabel Maria, 1966, **Trabalho social de voluntários**, (4), PP 92-103
4. Imperatori, Emílio, 1970, **Testes sociométricos e crianças em internatos**, (20), PP 5-23

### Intervenção com dominante sócio-educativa:

5. Góis, Maria Nasciolinda, 1966, **Escolas de pais – o exemplo francês**, (2), PP 98-102
6. Costa, Ana M.<sup>a</sup> Benard da, 1966, **A criança cega a família e a escola**, (2), PP 38-50
7. Guerreiro, Óscar, 1966, **Papel do assistente social junto das comissões de desenvolvimento comunitário** (2), PP 68-79
8. Esteves, Maria Fernanda, 1967, **Os conselhos matrimoniais na moderna problemática conjugal**, (6), PP 62-85
9. Giraldes, Maria do Rosário, 1967, **Animação de base e desenvolvimento**, (8), PP 66-74
10. Soares, Maria Clara, 1969, **A animação no meio urbano**, (13), PP 86-91

### Intervenção com dominante psicoterapêutica:

11. Vieira, J. M. Bracinha, 1967, **Bandos de adolescentes**, (6), PP 106-112
12. Vieira, J. M. Bracinha, 1967, **A colocação em família**, (7), PP 23-47
13. Townsend, Peter, 1967, **Internatos para pessoas idosas: sua problemática**, (7), PP 48-64
14. Benard, Denise, 1968, **Formas de assistência à mãe solteira**, (10), PP 63-70
15. Ruivo, J. Bairrão, 1969, **O trabalho de equipa na infância desadaptada**, (13), PP 86-91

Fonte: *Informação Social*, (1-20), Lisboa, Direcção Geral de Assistência, de 1966 a 1970

Também a revista *Análise Social*, desde a sua criação, registou alguma preocupação com a problemática dos grupos. Na figura 6, regista-se um conjunto de artigos seleccionados de um *corpus* constituído por 714 artigos, correspondentes aos primeiros cem números publicados entre 1963 e 1987.

Aqui o teor dos artigos é mais académico, na linha de trabalho do Instituto de Ciências Sociais, repartindo-se pelas seguintes categorias:

- **contribuições de natureza geral** (5 artigos) que procuram fazer luz sobre diversos tipos de grupos (grupos organizados em associações, grupos domésticos e grupos feministas);
- **intervenção com dominante sócio-educativa** (3 artigos), sobre grupos em contexto organizacional e escolar, e junto de grupos de mulheres;
- **intervenção com dominante sócio-política** (8 artigos), em contexto profissional e laboral

É interessante notar que a maior parte dos artigos seleccionados foram publicados depois de 1974, o que parece confirmar a hipótese de que este tipo de trabalhos só tem condições objectivas para poder ser realizado em conjunturas de abertura democrática.

## Figura 6 – Contribuição da revista *Análise Social* para a ISG

### Aspectos gerais

1. Rocha-Trindade, M.<sup>a</sup> Beatriz, 1986, **Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência**, 22 (91), PP 313-330
2. Rocha-Trindade, M.<sup>a</sup> Beatriz, 1987, **As micropátrias do interior português**, 23 (98), PP 721-732
3. Medeiros, Fernando, 1987, **Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal: o contributo da escola de Le Play 1908-34**, 23 (95), PP 97-116
4. Belo, Maria, 1986, **Grupos sexualistas de mulheres**, 22 (92-93), PP 707-714
5. O'Neill, Brian, 1982, **Trabalho cooperativo numa aldeia do Norte de Portugal**, 18 (70), PP 7-34

### Intervenção com dominante sócio-educativa:

6. Vala, Jorge; Lima, M.<sup>a</sup> Luisa; Monteiro, M.<sup>a</sup> Benedita, 1987, **Conflitos intergrupais em contexto organizacional: problemas de investigação e de intervenção – estudo de um caso**, 23 (99), PP 801-814
7. Moura F. P. e Filipe, C., 1968, **Uma experiência de colaboração de professores-alunos**, 6 (22-23-24), PP 510-525
8. Detry, Brigitte, 1986, **A intervenção psicológica (de prevenção) junto de mulheres: análise de uma experiência realizada no âmbito da delegação da CCF do Porto – aspectos metodológicos**, 22 (92-93), PP 787-793

### Intervenção com dominante sócio-política:

9. Grácio, Rui, 1983, **O Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o caetanismo**, 19 (77-78-79), PP 757-791
10. Lima, Marinús P., 1977, **A acção operária da Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos**, 13 (52), PP 829-899
11. Patriarca, Fátima; Lima, Marinús P. e Miranda, José, compil. 1976, **Controlo operário em Portugal (I)**, 12 (47), PP 765-816
12. Patriarca, Fátima; Lima, Marinús P. e Miranda, José, compil. 1976, **Controlo operário em Portugal (II)**, 12 (48), PP 1049-1146
13. Pais, Teresa et al, 1973, **Breve análise do protesto social contra o projecto de Sines**, 10 (40), PP 812-826
14. Montuclard; Maurice, 1965, **Os comités de empresa: uma análise da sua dinâmica**, 3 (12), PP 501-516
15. Pereira, J. P., 1980, **As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve**, 16 (61-62), PP 135-156
16. Mónica, M.<sup>a</sup> Filomena, 1981, **Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande**, 17 (67-68-69), PP 505-571

Fonte: *Análise Social*, (1-100), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1963-1987)

Como se disse atrás, esta breve apresentação não tem o propósito de ser exaustiva mas apenas de fornecer ao leitor informações que lhe permitam comprovar o interesse que a comunidade científica tem tido por este objecto de estudo.

Duas contribuições, no entanto, é necessário sublinhar, pela importância de que se revestem: em primeiro lugar aos trabalhos de Correia Jesuino sobre processos de liderança (1987) e estratégias e táticas de negociação (1992), e ao trabalho pioneiro de Manuel Tavares da Silva, precocemente desaparecido e, por essa razão com obra publicada (Silva, 1971ab, 1977, 1978, 1979abcd, 1982,1983) inferior à imensa influência que teve sobre colegas e discípulos, quer pela originalidade da sua concepção teórica e metodológica de intervenção social quer pela sua intervenção no terreno, que contribuiu decisivamente para a formação de uma geração de profissionais, entre os quais se conta o autor deste relatório<sup>73</sup>.

<sup>73</sup> Por este facto, dedicámos-lhe o manual *Intervenção social com grupos* (2000).

## Em instituições de ensino a distância

Nas instituições de educação aberta e a distância (EAD) o ensino das técnicas de intervenção social com grupos (ISG) tem vindo a ser praticado desde há bastante tempo, normalmente incluído em programas de intervenção social, tanto na vertente do **trabalho social** como da **educação para a cidadania**, esta sob a forma de programas de formação contínua.

Para ilustrar a situação actual<sup>74</sup>, vejamos a figura 7, em que se registam alguns indicadores significativos a partir da base de dados *on-line* do International Centre for Distance Learning da Open University do Reino Unido, (<http://icdl.open.ac.uk/cgi-bin/isearch>), consultada em 1 de Agosto de 2001.

Como se observa estima-se em cerca de **36**, o número de unidades, disciplinas e cursos sobre Intervenção Social com Grupos oferecidos em regime singular ou integrados em programas de estrutura curricular mais ampla, assim distribuídos:

- uma instituição, a Memorial University of Newfoundland do Canadá, oferece um **curso inteiro (*degree*) dedicado** a este domínio, sob o título *Social Work with Groups*.
- a maior parte das instituições integram o ensino da ISG em **programas formais de graduação e pósgraduação** (*BA, degree, postgraduate*), e em **programas não formais** (*certificate, diploma, continuing education, training*).
- 17 instituições de 6 países integram a Intervenção Social com Grupos como **disciplina curricular** ou como **módulo de aprendizagem**, sob diversas designações, tanto **genéricas** (*Social Group Work, Groupwork, Social Work, Social Welfare, Theory and Practice, etc*), como **específicas**, ligadas ao **apoio a idosos, crianças, famílias ou comunidades** (*Caring for the Psycho-geriatric Client; Social Work with Children and Families; Child abuse; Provision of Community Care*), **protecção civil** (*Disaster Support and Recovery*), **gestão da mudança** (*Management and Social Change*), e **apoio a toxicodependentes** (*Addiction Careworker*).
- a maior parte das instituições sinalizadas oferece **unidades não formais** nesta área do conhecimento, revelando uma evidente preocupação com a formação contínua, numa perspectiva de **educação para a cidadania**.

---

<sup>74</sup> Os números aparecem com erro por defeito em virtude da rapidez com que o ensino a distância se tem vindo a expandir e das diferentes designações dadas à intervenção social com grupos. Na nossa pesquisa limitámo-nos a cruzar os descritores *social work* e *group*. Apesar do erro, permite-nos sugerir que esta matéria é ensinada em Universidades Abertas de vários Continentes. Esta hipótese é confirmada indirectamente por outra consulta feita na mesma data a esta base de dados: pedindo apenas para seleccionar o descritor *social work*, encontramos 233 títulos, de muitas outras instituições e países aqui não referidos.

## Figura 7 - O ensino da Intervenção Social com Grupos (ISG) em organizações de Ensino a distância (EAD)

Fonte: International Centre for Distance Learning/ UKOU, 2001, <http://icdl.open.ac.uk/cgi-bin> (consultado em 01-08-01)

Países	Instituições de EAD	Programas, disciplinas e unidades menores
<b>Oceânia</b> 1. Austrália	1. Charles Sturt University	1. Bachelor of Social Work, Degree, ( <i>Groupwork</i> ) 2. Social Work, Degree ( <i>Theory and Practice I</i> ), 3. Social Work, Degree ( <i>Theory and Practice II</i> ) 4. Social Welfare, Bachelor of Social Science, Degree, ( <i>group work</i> ) 5. Caring for the Psycho-geriatric Client, Degree) 6. Social Welfare 2, Diploma, Degree
	2. Curtin University of Technology	7. Bachelor of Social Work, Degree, ( <i>Groupwork</i> )
	3. University of New England	8. Disaster Support and Recovery, Diploma, postgraduate, continuing education
	4. University of South Australia	9. Diploma of University Studies, Predegree, diploma, degree
	5. Monash University	10. Bachelor of Social Work, Degree, ( <i>Groupwork</i> ) 11. Welfare Methods, Degree 12. Bachelor of Social Welfare, Diploma, Degree 13. Bachelor of Social Work, Degree, ( <i>Groupwork</i> )
	6. Deakin University	14. Social Work, Degree ( <i>Theory for Practice</i> )
2. N. Zelândia	7. Massey University	15. Management and Social Change, Diploma, postgraduate
<b>Europa:</b> 3. Portugal	8. Universidade Aberta	16. Curso de Ciências Sociais, Bacharelato, Licenciatura ( <i>Intervenção Social com Grupos</i> ) 17. Curso de Acção Social, Bacharelato ( <i>Intervenção Social com Grupos</i> )
4. Reino Unido	9. Open Learnig Foundation	18. Social Work with Children and Families, Diploma, continuing education 19. Social Work with and within Groups, Diploma, continuing education
	10. Borders College	20. Investigating Skills for Caring, Training
	11. Stevenson College	21. Provision of Community Care, Training 22. Social Care, National Certificate, Certificate, Training, continuing education
<b>África:</b> 5. África do Sul	12. University of South Africa	23. Social Sciences, Degree, continuing education ( <i>Social Work-Practical</i> ) 24. Social Sciences, Degree, continuing education ( <i>Social Work II</i> ) 25. Social Sciences, Degree, continuing education ( <i>Social Work IV</i> ) 26. Social Sciences, Degree, continuing education, ( <i>Practical s 1</i> ) 27. Social Sciences, Degree, continuing education, ( <i>Practical s 2</i> )
	13. Home Study College	28. Social Sciences, Bachelor of Arts, Degree, postgraduate, 29. Non-Governmental Studies, Diploma
<b>America :</b> 6. Canadá	14. University of Waterloo	30. Social Work (Child abuse), Certificate 31. Social Group Work, Certificate, Degree 32. General Social Work, Certificate
	15. Memorial University of Newfoundland	33. Social Work with Groups, Degree
	16. University of Victoria	34. Social Work Field Practice 1, Degree, continuing education 35. Social Work Field Practice 2, Degree, continuing education
	17. McMaster University	36. Addiction Careworker, Diploma , Continuing education
	18. University of Manitoba	37. Bachelor of Social Work 38. Interpersonal Communication Skills, Degree

Tal como anteriormente havíamos notado para o domínio curricular do Desenvolvimento Comunitário (Carmo, 1998b), observa-se que é em **países de influência anglo-saxónica** que se regista maior diversidade de oferta de cursos e cadeiras, tanto em regime de ensino a distância como misto: na Oceânia, a **Austrália** com 6 instituições e 14 programas e a **Nova Zelândia** com uma instituição e um programa; em **África**, a **República da África do Sul** com 2 instituições e 7 programas; na **Europa**, o **Reino Unido** com 3 instituições e 5 programas; e na **América**, o **Canadá** com 4 instituições e 7 programas, são indicadores claros desta tendência.

Um dado a registar é que **não existe qualquer relação entre a oferta deste tipo de matéria disciplinar e estágio de desenvolvimento do respectivo país** o que leva a crer que a Intervenção Social com Grupos é reconhecida como uma técnica de intervenção social aplicável universalmente, e não circunscrita a segmentos sociais excluídos.

### **Análise de uma aplicação: a ISG em projectos com crianças de rua**

Como domínio de investigação científica e de intervenção social, a temática das crianças de rua passou a fazer parte da agenda académica e política, sobretudo a partir do início dos anos oitenta do século XX<sup>75</sup> pela mão da UNICEF e de inúmeras agências governamentais e de ONGs, num movimento internacional de denúncia dos atropelos sistemáticos aos direitos das crianças e adolescentes.

O relatório da UNICEF sobre a situação mundial da infância, publicado em 1991 (Grant, 1991: 36) é expressão dessa denúncia, dizendo a dado passo:

*Aproximadamente 30 milhões de crianças vivem nas ruas das cidades, crianças que fugiram de casa, ou foram abandonadas, ou são orfãs. A maioria é privada de cuidados com a saúde e educação e quase todas são levadas a enfrentar a difícil escolha entre resistir ou aderir à violência, ao crime à prostituição e ao uso das drogas que são a realidade da vida de rua desde Lima e Rio de Janeiro até Bombaim, Lagos e Nova Iorque).*

---

<sup>75</sup> Existem inúmeros exemplos de iniciativas anteriores relativamente às **crianças e adolescentes em risco** como as que se listam em seguida pelo seu pioneirismo: em 1873, Octávia Hill e outros fundam a **Sociedade para a Organização da Caridade**, (COS) para apoiar a população residente em bairros operários de Londres; em 1884, Samuel Barnett, Jane Adams e Arnold Toynbee, criam um **centro social comunitário** (settlement) onde, através de **experiências de grupo** e com auxílio de **estudantes voluntários** da Universidade de Oxford desenvolvem programas de **educação popular**; em 1907, Baden Powell (Reino Unido) funda o movimento dos **escuteiros** (na metodologia proposta sobressai o uso do grupo como instrumento de desenvolvimento pessoal e social de crianças e jovens); em 1912, Samuel Slavson inicia um projecto com **pequenos grupos** de crianças e jovens de bairros pobres de n. York, influenciado pelo movimento dos centros comunitários ingleses e pela psicanálise; em 1917, Samuel Slavson com Joshua Lieberman criam o **Pioneer Youth of America**, destinado à organizar programas para crianças e jovens ao ar livre a partir de clubes juvenis; finalmente, em 1927, Thrasher publica a sua investigação clássica sobre gangs de adolescentes (1927). Apesar de numerosas, estas iniciativas nunca tiveram dimensão nacional e internacional semelhante à que alcançou o movimento dos anos oitenta.

## As crianças em situação de rua

Antes de mais, o que se entende por crianças de rua? A resposta a esta questão **por razões de rigor teórico e metodológico** e pela **necessidade prática de criar uma ferramenta de comunicação eficaz e eficiente**.

É fundamental que os diversos agentes envolvidos no processo de intervenção possam caracterizar correctamente a realidade e comunicar uns com os outros com a certeza de ser bem entendidos, reduzindo ao mínimo os filtros comunicacionais de origem ideológica. Uma conceptualização pouco clara e rigorosa pode ter **dois tipos de consequências negativas** na implementação de estratégias de intervenção social:

- a interiorização de **atitudes estereotipadas** sobre a realidade em questão (**falsos saberes**); e
- a adopção de **estratégias de intervenção inadequadas**.

Comecemos, portanto, por definir claramente o que se entende por *criança de rua*.

### Conceitos e estimativas

Num artigo já clássico sobre esta matéria a socióloga brasileira Fúlvia Rosemberg refere:

*“(o) esforço de sensibilizar a opinião pública quanto à violência a que são expostas crianças e adolescentes, principalmente dos países subdesenvolvidos, gerou uma retórica específica que vem percorrendo o mundo, e que, no seu esforço de convencimento, muitas vezes incorpora diagnósticos catastróficos, inverosímeis, distantes da realidade, estigmatizadores de famílias, crianças e adolescentes pobres, e inadequados enquanto balizas para a acção”* (Rosemberg, 1993:71).

Com efeito, à volta da categoria *criança de rua* gerou-se aquilo que Edgar Morin (1981: 19 e sgs) considera uma das grandes questões do nosso tempo, o **nevoeiro informacional**, expressão que usa para designar a **presença simultânea de excesso, de falta e de deformação de informação**, relativamente a muitos problemas da sociedade contemporânea.

De acordo com este autor, o **nevoeiro informacional** integra três tipos de filtros que dificultam a percepção da realidade:

- a **sobre-informação** que se traduz no **excesso de informações inúteis** em que somos imersos no nosso dia-a-dia;
- a **sub-informação**, que designa a **carência de informações necessárias** para visibilizar a realidade e poder actuar adequadamente; e
- a **pseudo-informação**, decorrente de um conjunto de informação deliberada ou involuntariamente deformada sobre a realidade social.

No que respeita às crianças em situação de rua muito se tem escrito nas últimas décadas, tornando-se um tema altamente vendável pelos meios de comunicação social, muitas vezes associado a situações de delinquência juvenil, de prostituição infantil, à toxicod dependência e a outros problemas de comportamento desviado.

Infelizmente, o excesso e a deformação de informação sobre esta questão denotam frequentemente uma ignorância evidente sobre quem são e como vivem estas crianças e adolescentes, porque é que escolheram (?) a situação de rua e porque é que nela se mantêm. E, no entanto, no actual quadro mundial, as crianças da rua são consideradas pela UNICEF, como **um dos sete grupos infantis de mais alto risco** (Espert, F., 1988):

- Crianças em estratégia de sobrevivência
- Crianças maltratadas e abandonadas
- Crianças institucionalizadas
- Crianças em conflito armado
- Crianças em desastres naturais e ecológicos
- Crianças com necessidades específicas
- **Crianças de rua**

A primeira estimativa mundial sobre as crianças de rua foi, provavelmente da autoria de Peter Taçon (1981: 13, cit in Rosemberg, 1993:71) assessor da UNICEF, que calculou um número aproximado de cem milhões, estimando que metade deste número se localizasse na América Latina.

Ao longo da década de oitenta, a estimativa de cem milhões de Taçon cai, sucessivamente, para *setenta milhões no mundo subdesenvolvido* (Black,1986: 360), 30 milhões, (Landers, 1988) e mesmo menos em publicações posteriores ( UNICEF, 1992: 18, cit in Rosemberg, 1993: 72)

A disparidade dos dados apresentados, sem discussão das estimativas anteriores nem qualquer preocupação em enunciar as fontes ou a metodologia adoptada para o cálculo, indiciam uma situação de sub-informação e de pseudo-informação sobre esta matéria:

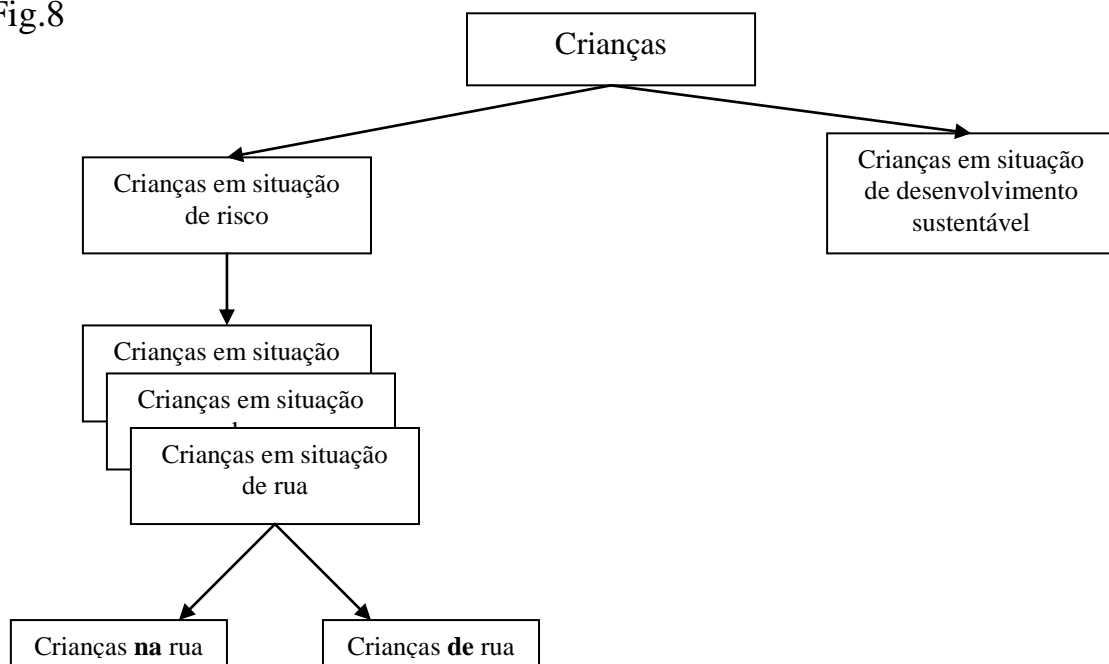
- uma situação de **sub-informação**, pois os dados existentes não são fiáveis, tanto do ponto de vista quantitativo, como a **diversidade das estimativas** prova, como qualitativo, **confundindo categorias** tão diferentes como crianças trabalhadoras, crianças em risco, crianças com comportamentos delinquentes e crianças de rua;
- uma situação de **pseudo-informação** decorrente, quer do **alarmismo dos media** que associam recorrentemente as crianças de rua ao crescimento da delinquência, quer da **retórica das organizações** (governamentais e não governamentais) **que trabalham no terreno**, que usam tais estimativas como instrumento de visibilização junto da opinião pública e como meio de legitimar maiores financiamentos para os projectos.

Contra uma tal *folia numérico-conceptual* (Rosemberg, 1993: 77) registou-se uma saudável reacção que, pouco a pouco foi **clarificando o quadro conceptual** e promovendo a **realização de estimativas credíveis** através de procedimentos rigorosos

de recolha e tratamento de dados ( Rosemberg, 1994: 32 e sgs). Passadas duas décadas é já relativamente consensual distinguir (fig. 8)

- **crianças em situação de desenvolvimento sustentável** e **crianças em situação de risco** de comprometer o seu processo de desenvolvimento (físico, psicológico e social)<sup>76</sup>;
- nestas últimas<sup>77</sup>, têm vindo a distinguir-se claramente **diferentes situações de risco**: por exemplo
  - entre **as que fazem perigar o desenvolvimento físico** (por exemplo a deficiência ou a doença prolongada) **psicológico** (por exemplo a ocorrência de maus tratos ou de negligência), e **social** (por exemplo, o absentismo, o insucesso e o abandono escolar, a exclusão de grupos de pares estimulantes), que **apenas** constituem um perigo para o próprio;
  - e **aquelas que aumentam a probabilidade da criança produzir danos em outrém** (por exemplo, frequência de ambientes propícios à formação de comportamentos socialmente penalizados).

Fig.8



<sup>76</sup> Esta distinção permite a desconstrução de algumas ideias feitas como a de associar fatalmente a noção de risco à situação de pobreza. Como a investigação tem demonstrado, nem sempre a pobreza está associada à exclusão social e aos riscos que esta acarreta, devendo conjugar-se este conceito com a capacidade de resiliência e de empowerment dos sujeitos.

<sup>77</sup> Convém explicitar que o termo criança é habitualmente usado com o sentido de menor, abrangendo crianças e adolescentes que não tenham atingido a maioridade. Deste modo, tanto no que respeita ao estudo e diagnóstico das situações como à estratégia de intervenção é necessário ter em conta os dois subgrupos em presença.

Pelas suas características próprias, **a situação de rua** configura um risco complexo que pode abranger uma ou mais das situações de risco atrás descritas. Nesta situação, é hoje comum distinguir dois tipos de crianças:

- **crianças na rua**, identificando os menores que, por várias razões (necessidade de trabalhar, absentismo ou abandono da escola) vivem parte do seu tempo na rua, mantendo, no entanto laços de ligação com a rede familiar ou comunitária; e
- **crianças de rua**, caracterizadas por ter rompido os laços com a rede social de apoio, por sua vontade ou por terem sido dela excluídas, habitando fora do meio familiar e comunitário.

**Quanto às estimativas**, muito se avançou entretanto. Rosemberg (1994), regista, por exemplo, quinze levantamentos efectuados em cidades brasileiras entre 1986 e 1993, feitos por estimativa directa, através dos seguintes procedimentos:

1. Dividir e delimitar o espaço urbano a investigar através de estudos exploratórios.
2. Elaborar guiões de observação
3. Organizar e formar equipas de observadores
4. Cada equipa percorre, no mesmo horário, um itinerário prédefinido, procedendo à contagem de crianças e adolescentes em situação de rua, encontrados durante o trajecto.
5. Normalmente procede-se a mais de uma contagem por cada itinerário em horas diferentes (de dia e de noite)
6. Ao mesmo tempo que se procede às contagens nocturnas, há equipas encarregadas de fazer contagens em abrigos temporários.

Com esta metodologia, as estimativas de crianças em situação de rua (**na e de** rua) baixaram drasticamente. Na contagem efectuada em S. Paulo em 1993, por iniciativa do município, contabilizaram-se 4520 crianças nas contagens de dia e 895 nas realizadas à noite.

Definidos os conceitos e estabelecida a dimensão provável do problema, vejamos seguidamente alguns elementos caracterizadores do mesmo e do processo de intervenção.

### **A comunidade de residência da criança de rua**

Para entender um pouco o comportamento da criança da rua, é importante apreender o "caldo de cultura" onde ela foi enculturada. Na gíria dos técnicos que trabalham com estas crianças designa-se a zona de vizinhança onde a criança vivia quando foi para a rua<sup>78</sup> por **comunidade de residência**.

---

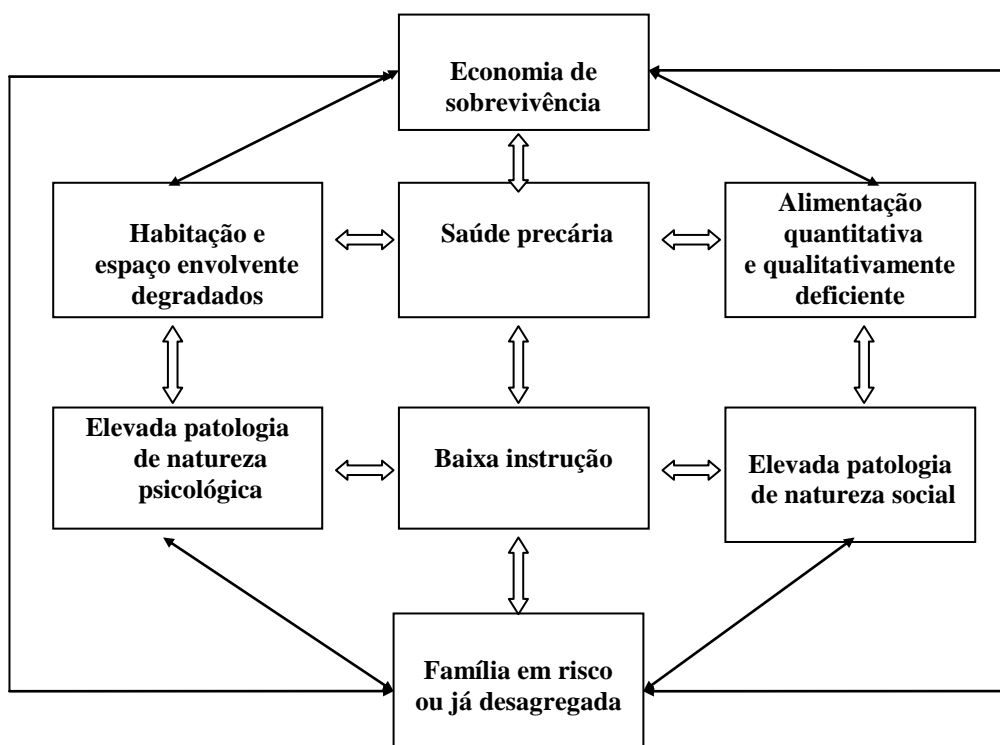
<sup>78</sup> O termo *comunidade* é aqui usado num sentido amplo. Em rigor, alguns destes agregados territoriais poderão não ser comunidades no sentido usual que é dado ao conceito pelas Ciências Sociais.

A comunidade de residência de onde este tipo de criança é originária apresenta, frequentemente, padrões típicos de subcultura de pobreza, que se podem objectivar em oito diferentes situações (fig 9)<sup>79</sup>:

- O primeiro aspecto caracterizador, é a **economia de sobrevivência** pela qual, os agregados familiares, quotidianamente, se confrontam com a necessidade de capturar rendimentos suficientes para sobreviver<sup>80</sup>

Esta situação, está associada a altos índices de desemprego ou de subemprego, a baixos salários e a baixos índices de produtividade. É comum nestes agregados urbanos, as pessoas utilizarem formas de crédito de emergência - como o recurso a casas de penhores e a agiotas locais - que, muitas vezes, as endividam ainda mais. Deste modo, a conquista da sobrevivência diária é o seu principal objectivo.

Fig 9 – Um modelo integrador de uma subcultura de pobreza



- A segunda característica das comunidades de residência liga-se à **habitação**: Com efeito, as zonas onde vivem são normalmente degradadas, como degradada é a habitação, sem condições para uma qualidade de vida socialmente aceitável. O exíguo espaço habitacional, cria condições de amontoamento e de falta de intimidade, empurrando objectivamente a criança para fora de casa.

<sup>79</sup> Esta situação pode ainda ser agravada pela circunstância da sociedade global estar em situação de fibrilhação por circunstâncias de guerra civil, como a que descrevi num artigo recente para Angola (Carmo, 2001a)

<sup>80</sup> Cfr. Lewis, Oscar (1969), **A cultura da pobreza**, in *Terceira guerra mundial: o homem contra a pobreza*, Expressão e Cultura, Rio de Janeiro.

- Outro quadro associado às comunidades de residência das crianças de rua, é a **saúde precária**, com altas taxas de **morbilidade** e maiores taxas de **mortalidade de menores de cinco anos** que as verificadas nas regiões circundantes.

- Directamente ligada à questão da saúde, regista-se com frequência que a população das comunidades de residência tem uma **alimentação deficiente**, quer do ponto de vista quantitativo quer qualitativo. A este propósito Lewis, em várias das suas pesquisas, observava como traço típico das subculturas de pobreza, a ausência de despensas, uma vez que é comum não haver reservas alimentares em casa.

- Um quinto aspecto caracterizador é a presença de **níveis de instrução e formação profissional extremamente baixos**. Esta situação tem, como é óbvio, implicações imediatas sobre o rendimento familiar, e, a longo prazo, sobre a reprodução das situações de pobreza<sup>81</sup>

- Como resultado de todos estes factores, observa-se nestas comunidades **índices elevados de patologia psicológica e de problemas sociais de comportamento desviado** (alcoolismo, toxicod dependência, prostituição etc.).

Por outro lado, dada a violência do quotidiano, observam-se frequentemente comportamentos dominados mais pela emoção que pela razão, atitudes de medo e desconfiança face à autoridade, fatalismo e baixas aspirações.

Uma das características mais marcantes de quem é socializado numa cultura de pobreza, é a **permanente preocupação com o Presente**, que configura um quadro ameaçador, não havendo espaço para a criação de imagens de Futuro excepto através de fantasias ténues frequentemente desinseridas da realidade. Esta excessiva focagem no Presente leva por vezes a comportamentos consumistas, quando o dinheiro permite.

A par destes padrões de comportamento, observa-se que estas populações têm fracos índices de participação em várias actividades (vida sindical, vida partidária) e fracos índices de consumo médio.

- Decorrente de todos estes factores, numerosas **famílias**, das comunidades de residência das crianças da rua, vivem **em alto risco de desagregação ou já desagregadas**: O monoparentalismo e o casamento consensual são relativamente usuais, o que fragiliza fortemente o núcleo conjugal e a relação entre adultos e crianças, no interior da família nuclear.

### **A zona de fuga**

Todas estas características constituem um **quadro de factores repulsivos** que levam algumas crianças, a serem excluídas ou a auto-excluírem-se das "comunidades de residência". **O processo de exclusão** pode ser **gradual ou abrupto** (fuga súbita, expulsão de casa).

---

<sup>81</sup> Num trabalho pioneiro no âmbito do Instituto de Apoio à Criança, Maria João Terraquente comprovou isto mesmo, observando uma quase nula mobilidade inter-geracional numa amostra de famílias de crianças de rua, bem como a reprodução genérica de padrões de cultura de pobreza: Terraquente, M. J., (1991).Recentemente Fausto Amaro (Amaro et al, 2001) num trabalho notável com histórias de vida de famílias pobres há três gerações, provou que a questão da reprodução se mantém com actualidade.

No primeiro caso, a criança vai-se afastando progressivamente da família, passando cada vez mais tempo fora de casa, primeiro durante os seus tempos livres, depois ocupando mesmo o tempo em que deveria estar na escola. À medida que se vai desenraizando da comunidade de residência e da escola (ou do trabalho quando é mais velha), vai lançando âncoras emocionais no exterior, transformando-se naquilo que tem sido designado por criança **na rua**.

Seguidamente, poderá passar à condição de criança **de rua**, passando a trabalhar, sobreviver e dormir na rua, muitas vezes criando pequenas redes sociais de apoio constituídas por pares (outras crianças da rua) que vivem em zonas bem delimitadas.

Essas zonas, conhecidas por **comunidades de fuga** na gíria de algumas equipas de intervenção social, normalmente correspondem a antigas áreas residenciais relativamente degradadas, situadas na franja das zonas comerciais e administrativas do centro urbano, a que já a escola de Chicago, nos anos 20, havia apontado um elevado potencial de patogenicidade social.

Nelas, **ganham a vida com pequenas actividades, efémeras, mal remuneradas e socialmente desvalorizadas** (venda de pequenos objectos, ou oferta de serviços não qualificados).

Alguns, iniciam **actividades socialmente condenadas** como a prostituição, a passagem de droga, sendo alvos fáceis para a exploração de adultos pouco escrupulosos. Este comportamento de alguns, cria normalmente representações colectivas incorrectas sobre a criança da rua identificando-a como delinquente juvenil.

### **Práticas de intervenção**

As consequências de tal erro têm sido dramáticas nalguns países como o Brasil, provocando a criação de esquadrões da morte que se têm encarregado, a soldo de cidadãos "respeitáveis", de eliminar fisicamente muitas crianças da rua.

Os recursos habituais dos sistemas de protecção social - nomeadamente as instituições de protecção à infância - não estão, normalmente, preparados para responder às necessidades destas crianças, que conquistaram precocemente a independência face ao mundo adulto de que têm más recordações. Daí que qualquer tentativa de lhes retirar essa independência, nomeadamente por via da institucionalização, seja normalmente votada ao fracasso.

É neste contexto que surgiram em vários países<sup>(6)</sup> muitas vezes patrocinados pela UNICEF, projectos de apoio às crianças da rua. Na própria União Europeia, em que este problema se não reveste com a gravidade com que nas outras regiões se põe, foi patente

---

<sup>(6)</sup> Na América Latina, por exemplo, existem projectos e associações em quase todos os países, que se instituíram em redes de pressão, apoiadas pelo UNICEF, em defesa dos direitos das crianças em circunstâncias especialmente difíceis. Nas Filipinas, existe também um movimento poderoso com características semelhantes às do brasileiro. Noutros países, como em Angola, estão a iniciar-se respostas alternativas, num quadro naturalmente mais grave, decorrente da situação de guerra civil prolongada.

a preocupação com o apoio a este tipo de crianças, tendo sido contemplado financiamento a partir do **Programa Pobreza 3** (1989-1994).

Integrado nesse Programa e sob o patrocínio do Instituto de Apoio à Criança, iniciou-se **em Portugal** em 1989, um projecto intitulado "Trabalho de rua com crianças em risco ou em situação de marginalidade".

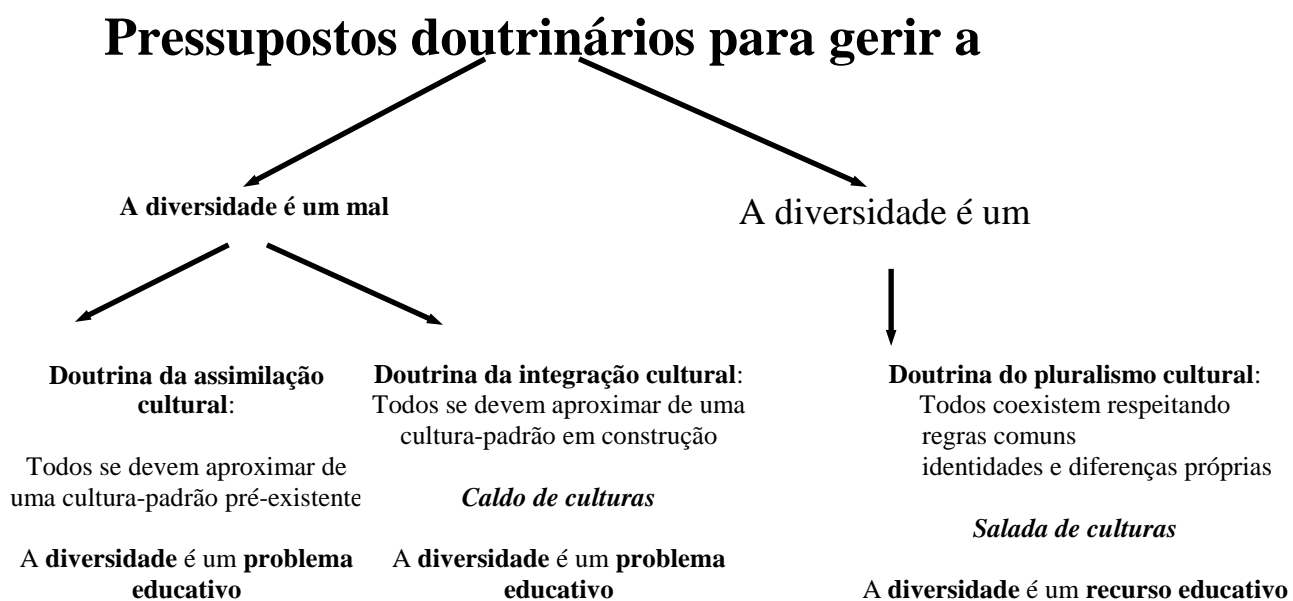
Desde então, foram acompanhadas várias centenas de crianças e adolescentes<sup>82</sup>, cuja zona de fuga ficava compreendida entre os Largos do Intendente e do Cais do Sodré. As suas comunidades de residência apenas variam geograficamente, já que, do ponto de vista sociológico, se assemelham às que ainda há pouco descrevi.

Apesar dessas semelhanças, vale a pena sublinhar alguns dados específicos colhidos no terreno (Terraquente, 1991), que penso caracterizarem bastante bem as famílias das crianças da rua participantes no projecto:

- Quanto à **proveniência**, mais de 45% são oriundas de Cabo Verde. Se a este dado acrescentarmos mais 10% provenientes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e 30% de outras regiões do país, percebemos que, antes de mais, **grande parte das crianças da rua são filhas de estrangeiros ou nacionais que, de comum, têm o facto de serem imigrantes na cidade**, vivendo um choque cultural violento.

Sabendo nós que a **escola** ainda não está suficientemente preparada para responder a esta conjuntura multicultural, **encarando com frequência a diversidade como um problema e não como um recurso educativo** (fig. 10), a pertença a grupos minoritários constitui um factor de exclusão escolar pressionando estas crianças para fora do sistema educativo.

Fig. 10 - O contexto multicultural



<sup>82</sup> Em 1993 eram já mais de 300

- **a sociedade de acolhimento utiliza-os**, porque deles precisa para tarefas socialmente desvalorizadas (ex: serventia da construção civil, limpeza do lixo e serviço doméstico), **mas não lhes dá condições suficientes para viver com uma qualidade de vida aceitável**: Quatro em cada cinco destas famílias não têm água canalizada nas suas casas; 60% não têm casa de banho e 70 % não possuem luz eléctrica; quase três quartos dos progenitores não chegaram a fazer a 4ª classe. 25% são mesmo analfabetos; cerca de 70 % deles, começou a trabalhar entre os 12 e os 18 anos, ajudando os seus pais com o seu magro salário ou com o apoio aos irmãos mais novos.
- Com estas condições, o meio familiar é frágil, observando-se uma elevada taxa de monoparentalismo: Com efeito, 27 % destas crianças são provenientes de famílias monoparentais.

No **Brasil**, desde o início dos anos oitenta que se têm vindo a desenvolver projectos inovadores visando o apoio às crianças em situação de rua. (Grant, 1993). Paradoxalmente, o movimento ganhou força a partir do agravamento da repressão policial e institucional, que por vezes se traduziu no assassinato de meninos de rua facilitado pela ditadura. Assim, em 1985 200 ONGs criaram um movimento em favor das CR. Eis alguns indicadores da sua actuação:

- em 1986 estima-se que tenham sido publicados no Brasil cerca de 3 mil artigos e produzidos 72 programas de TV sobre os direitos da criança;
- em 1987, com apoio da Igreja e de muitos magistrados, foi feita uma petição ao Presidente da Assembleia Constituinte assinada por 1.3 milhões de brasileiros pedindo a inclusão dos direitos da criança na Constituição
- no mesmo ano foram criados diversos serviços de SOS e Centros de defesa da criança e do adolescente e de Conselhos Municipais de Direitos da Criança;
- desde 1991, foi criada uma rede de vigilância e de defesa dos direitos da criança denominada *Pacto pela infância* (Rosemberg, 1994)

É neste contexto de luta política pelos direitos cívicos das crianças em situação de rua que nasceram diversos projectos inovadores como o da *Associação Beneficente S. Martinho* do Rio de Janeiro (Pinto, 2001) e o *Projecto Axé*<sup>83</sup> de S. Salvador da Baía.

Num contexto mais difícil ainda, **em Angola**, surgiram também projectos de apoio a crianças em situação de rua. Aqui, à questão da pobreza junta-se a dos efeitos da guerra, nomeadamente o crescimento dramático dos refugiados nas cidades, e o aumento das situações de orfandade (Miguéis, 2000).

Foi neste contexto que nasceram projectos como o dos *Kandengues Unidos*<sup>84</sup> em Luanda e *Crianças de Rua do Lubango*, nessa mesma cidade, o primeiro a partir de uma ONG italiana, o segundo por iniciativa de uma parceria mista<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> *Axé*, na gíria do candomblé significa energia positiva. A escolha da designação mostra um forte enraizamento na cultura baiana

<sup>84</sup> Kandengue, significa criança em certas zonas de Angola

Todos estes projectos visam apoiar crianças em situação de rua, provenientes de famílias elas próprias em situação aguda de exclusão social, ou, no caso de algumas crianças angolanas, de meios familiares destruídos pela guerra.

Em todos estes projectos as equipas de intervenção assentam na figura do **animador de rua**, que tem como primeiro objectivo estabelecer uma relação fraternal com a criança, através da qual se vai posicionar como referência emocionalmente securizante.

Até se chegar a uma relação estável demora-se sempre algum tempo, devendo **respeitar-se o ritmo da criança**, as suas desconfianças, suspeitas e frequentemente mentiras, como formas de defesa perante uma pessoa desconhecida que ela considera potencialmente ameaçadora<sup>86</sup>. Pouco a pouco, o animador torna-se útil, quer como companheiro de lazer, quer como ouvinte atento e não crítico.

Uma vez estabelecidos laços, o animador tem como missão **ajudar a criança a construir um projecto de vida**: Ora como se depreende do que atrás referi, nesta fase ele vai-se confrontar com uma segunda dificuldade: a criança (e o adolescente) da rua, tão competente para desenvolver estratégias de sobrevivência no Presente, revela, muitas vezes, sérias dificuldades em equacionar o Futuro. Também aqui o animador não pode cair na tentação da manipulação: Qualquer tentativa desse género iria provocar uma regressão séria na relação, entretanto estabelecida, gerando antigos medos e desconfianças.

Basicamente, o seu projecto de vida leva-o a **problematizar a questão da família, da escola e do trabalho** donde fugiu ou foi expulso.

**O papel do animador, discretamente apoiado por uma equipa técnica que desenvolve um trabalho de retaguarda, é de ajudar a definir objectivos viáveis e de contribuir para que essas pequenas metas sejam atingidas com êxito.**

Por exemplo, se a criança decide voltar para casa, para a escola ou para o trabalho, enquanto o animador a vai ajudando a "pré-ver" as dificuldades com que vai ser confrontada e a planear um modo de as ultrapassar, a equipa técnica, tem de desempenhar a importante tarefa de preparar a família, o professor ou o patrão, para receber aquela criança (jovem), quer no que respeita à sua aceitação e estratégias de apoio, quer no que concerne à criação de condições básicas que permitam que não se repitam as situações que levaram à fuga.

Ora, neste ponto, as equipas confrontam-se com barreiras sociais muito difíceis de transpor, uma vez que as condições de vida na comunidade de residência não se alteraram, apesar de se ter podido intervir ao nível familiar<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> Constituída em 1996 pela administração angolana, pela UNICEF e pela Associação para o desenvolvimento comunitário de Participativo do Sul de Angola (ADCP) e com apoio de especialistas em Stress Pós Traumático de Guerra como Margarida Ventura.

<sup>86</sup> Em alguns casos de crianças angolanas este trabalho tem de ser precedido de uma intervenção terapêutica, dada a grave situação de algumas destas crianças.

<sup>87</sup> Em pesquisas diversas feitas ao longo dos últimos anos feitas sobre as famílias das crianças da rua apoiadas pelos vários projectos referidos, ficou demonstrado o efeito positivo do trabalho das equipas de intervenção sobre as atitudes e comportamentos dos progenitores face ao menor. Mas também ficou claro, que as famílias, quando existem, continuam a viver nas condições infra-humanas acima descritas.

## Um modelo de intervenção emergente das *boas práticas*

Das experiências sumariamente descritas identificam-se seis subsistemas que interagem ao longo do processo de intervenção:

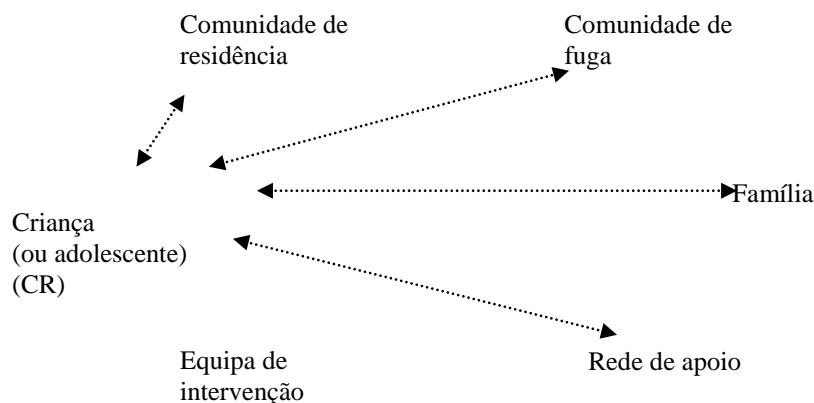
- a criança (adolescente) em situação de rua
- a comunidade de residência
- a comunidade de fuga
- a família
- a equipa de intervenção
- a rede de apoio

Do seu relacionamento emerge um modelo de típico de intervenção, que se procura ilustrar nas figuras 11 a 14.

O **sociograma inicial** dos subsistemas em presença (fig. 11) é caracterizado pelas seguintes situações de relacionamento negativo (◄.....►):

- A **criança em situação de rua (CR)** encontra-se **excluída** (ou auto-excluída) da **família** e da **comunidade de residência**;
- Relativamente à **comunidade de fuga**, encontra-se igualmente em situação de **exclusão**, por vezes com alguma conflitualidade, uma vez que é considerada uma ameaça pelas pessoas que lá vivem e trabalham. A esta múltipla exclusão a criança responde com a inclusão em grupos de pares, agudizando a tensão.
- Relativamente à **rede de apoio** exterior à família e à comunidade de residência, constituída pela **escola**, (ou entidades empregadoras quando se trata de adolescentes mais velhos), **instituições de saúde** e de **protecção social**, regista-se igualmente uma situação de exclusão ou de auto-exclusão.

Fig. 11 - Sociograma inicial dos subsistemas em presença



- Finalmente, na fase inicial **não há qualquer relação** entre a CR e a equipa de intervenção.

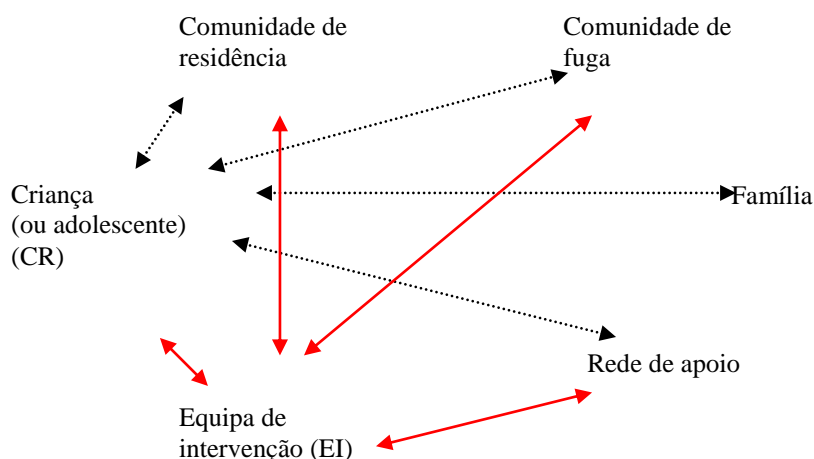
Perante esta situação, a primeira fase da intervenção (fig. 12) visa atingir dois **objectivos**<sup>88</sup>:

**Objectivo 1** - O animador de rua estabelece uma **relação de confiança** com a CR.

**Objectivo 2** - O(s) **técnico(s) de intervenção social** faz um **diagnóstico inicial do caso**, estabelecendo relações com a comunidade de residência, comunidade de fuga e rede de apoio e **dá apoio de retaguarda** ao animador.

Esta fase caracteriza-se, assim, pela sua **natureza exploratória**, em que animador e técnico vão desempenhar papéis bem diferentes: um estabelece contacto com a criança; o outro, com o meio circundante (não com a família), procurando elementos que lhe permitam fazer um primeiro diagnóstico e dando apoio de retaguarda ao primeiro.

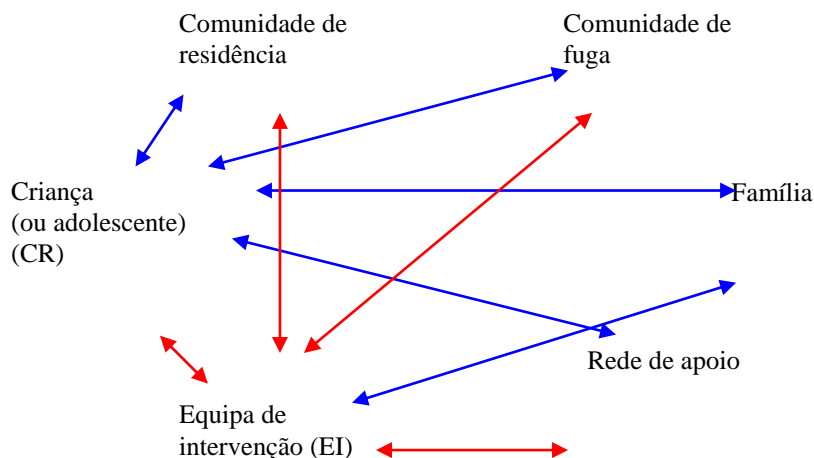
Fig. 12 - Primeira fase de intervenção



Uma vez estabelecidos os primeiros contactos e feito um diagnóstico preliminar da situação, a equipa passa a uma segunda fase de trabalho (figura 13), procurando atingir os seguintes objectivos:

<sup>88</sup> Os objectivos estão formulados sob a forma de objectivos comportamentais, indicando o sujeito responsável pela sua execução e o resultado previsto.

Fig. 13 - Segunda fase de intervenção



**Objectivo 3** - A CR, apoiada pelo animador de rua, experimenta pequenos projectos de curto prazo (actividades lúdicas na rua, programas de fim de semana, inserção em lar de passagem), aumentando, deste modo a sua **auto-estima** e reduzindo o **síndrome de comportamento impotente** (Pinto, 1998)<sup>89</sup>. Como efeito deste processo, atenuam-se as tensões entre CR e comunidade de fuga.

**Objectivo 4** - A CR, apoiada pelo animador de rua, elabora um projecto de vida, através do qual se pretende restabelecer uma relação positiva com a família, com a comunidade de residência (bairro) e com a rede de apoio (escola e/ou empregador).

**Objectivo 5** - O(s) técnico(s) de intervenção social estabelece contactos com a família, comunidade de residência (bairro) e rede de apoio (escola e/ou empregador) **intervindo como facilitador da implementação do projecto de vida** estabelecido pela CR, e como seu **representante social**<sup>90</sup>. **Reforça os comportamentos positivos** junto da comunidade de fuga e **dá apoio de retaguarda** ao animador.

Atingidos estes três resultados, pode passar-se a uma terceira fase do processo (figura 14), na qual se pretendem atingir os seguintes objectivos:

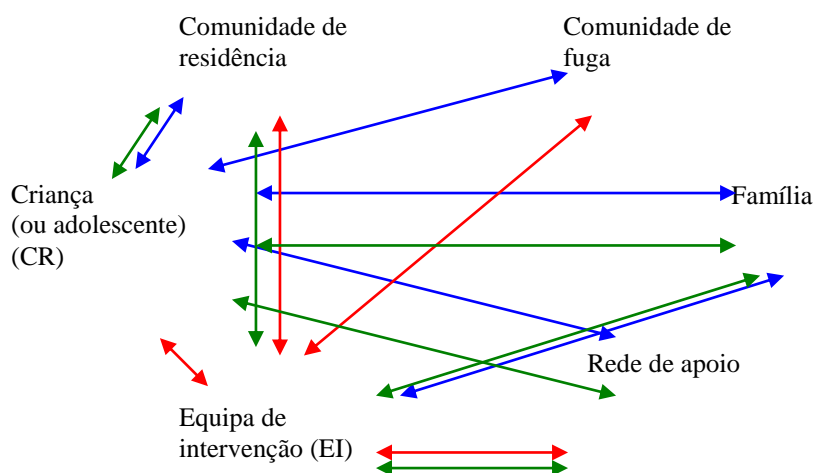
<sup>89</sup> Trata-se de um processo de empowerment, entendendo-se por tal um **processo** de reconhecimento, criação e utilização de **recursos** e de **instrumentos** pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num **acréscimo de poder** – psicológico, sócio-cultural, político e económico – que **permite** a estes sujeitos **aumentar** a eficácia do **exercício da sua cidadania** (Carla Pinto, 1998)

<sup>90</sup> Esta função tem sido designada por *advocacy*, que se poderia traduzir por *advocacia social*. Trata-se de um processo que traduz a **acção do sistema-interventor em defesa ou em representação do sistema-cliente**. Para o evitar o risco de manter a dependência, a *advocacy* **deve juntar à sua vertente de representação**, uma **perspectiva sócio-educativa**, de modo a que o sistema-interventor caminhe de um papel representativo de cunho mais directivo, para um progressivo apagamento desse papel, à medida em que o sistema-cliente assume a sua *auto-advocacy*

**Objectivo 6** - A CR, apoiada pelo animador de rua, executa o projecto de vida, relativamente à família, à comunidade de residência e à rede de apoio. Aprende a lidar com o fracasso e a definir objectivos a longo prazo.

**Objectivo 7** - O(s) técnico(s) de intervenção social apoia a família, a comunidade de residência e a rede de apoio (escola e/ou empregador) apenas agindo em função da CR.

Fig. 14. - Terceira fase de intervenção



## Aplicação da ISG em projectos com crianças de rua

Definido o quadro da intervenção social com crianças de rua, vejamos agora a contribuição específica da ISG em todo o processo<sup>91</sup>.

### A diversidade etária

Antes de mais, convém salientar que os grupos presentes ao longo do processo de intervenção integram actores de diversas idades e é necessário ter tal facto em conta:

- em primeiro lugar, como já atrás referimos, a categoria *crianças em situação de rua* integra **crianças** e **adolescentes**;

<sup>91</sup> Os projectos que serviram de referência empírica principal à reflexão que se segue foram o do Instituto de Apoio à Criança (Lisboa), da Associação Beneficente S. Martinho (Rio de Janeiro), do Projecto Axé (S. Salvador da Baía) e dos projectos *Kandengues Unidos* (Luanda) e *Crianças de rua do Lubango* (Lubango)

- em segundo lugar, ao longo do processo de intervenção, estão presentes **adultos de diferentes idades**, desde os jovens animadores até aos diversos protagonistas, técnicos ou não;
- em terceiro lugar, há que ter em conta a ocorrência de situações com **grupos mistos**, como aquelas que ocorrem em sede familiar, em que interagem elementos de diferentes idades.

Para que cada uma das situações grupais em presença funcione de modo eficiente e eficaz, o interventor social nos projectos observados tem normalmente em conta a condição etária dos protagonistas.

Em qualquer dos projectos atrás referidos, regista-se o cuidado dos interventores em utilizar dispositivos de jogo com regras bem definidas, sempre que estejam a trabalhar com **crianças** em idade escolar.

Se o grupo é de **adolescentes**, a estratégia grupal apresenta uma natureza mais não directiva, apelando à participação activa dos protagonistas na definição das regras de funcionamento, mas exigindo-lhes sempre contrapartidas, a fim de garantir o princípio da reciprocidade. Nestas situações, o interventor procura assumir um papel de facilitador da dinâmica grupal, cedendo a iniciativa ao grupo.

Nas situações de grupo com **adultos**, a intervenção é dirigida mais para tarefas específicas que para o fomento da expressividade dos participantes.

Finalmente nos **grupos mistos**, habitualmente a estratégia de intervenção apresenta uma natureza híbrida, de modo a adequar-se à diversidade dos grupos etários em presença.

### **Estratégias específicas**

Para além da adequação às necessidades dos grupos etários em presença observa-se, em todos os projectos seleccionados, a aplicação de uma considerável **diversidade de técnicas de intervenção grupal** (figura 15), em função das contingências específicas de cada grupo (estrutura e funcionamento), quer para fomentar o desenvolvimento pessoal e social dos seus membros (**grupos D ou de desenvolvimento**), quer para atingir objectivos externos ao próprio grupo (**Grupos A ou de acção social**).

**Quanto às situações de grupo D** observa-se, sobretudo, a utilização da técnica de **serviço social de grupos (SSG)**, mas também, em determinadas circunstâncias, o trabalho com **grupos de entre ajuda**.

O trabalho com **grupos de entre ajuda** tem uma aplicação relativamente restrita, normalmente em grupos de adolescentes na primeira fase de intervenção (situação 1) e na fase final de apoio à família (19). A **técnica de SSG**, pelo contrário, tem uma aplicação constante, quer no trabalho em situação de rua (1 e 2), quer nos lares de transição (3), quer ainda em situação de reinserção na escola (5) ou na família (19).

**Fig. 15 – Estratégias de ISG em projectos com crianças em situação de rua**

Grupos em presença	Estratégias de intervenção	
	Generais	Específicas
Grupos em idade escolar (CR)	- Jogo com regras bem definidas	<b>Primeira fase</b> 1. <b>Trabalho com grupos na rua</b> (SSG; grupos de entre-ajuda)
Grupos de adolescentes (CR)	- Intervenção securizante - Não directividade - Reciprocidade - Estilo <i>democrático</i>	<b>Segunda fase</b> 2. <b>Trabalho com grupos na rua</b> (experimentação de desempenho em grupos D e A) 3. <b>Trabalho com grupos em situação de lar:</b> experimentação de desempenho de tarefas quotidianas de uma família (compras, limpezas, cozinha, etc) Aprofundamento da aprendizagem de desempenho em grupos D e A) <b>Terceira fase</b> 4. <b>Trabalho com grupos em situação familiar:</b> experimentação de desempenho de tarefas quotidianas de uma família (compras, limpezas, cozinha, etc) Aprofundamento da aprendizagem de desempenho em grupos D e A) 5. <b>Grupos de acompanhamento escolar (laboral)</b>
Adultos: - Animadores	- Intervenção dirigida para tarefas e para a participação cívica.	<b>Primeira fase</b> 6. <b>Acções de formação</b> sobre trabalho com <b>grupos de crianças e adolescentes</b> trabalho com <b>grupos de desenvolvimento</b> (técnicas clássicas de SSG) reuniões de informação sobre <b>crianças de rua e subcultura de pobreza</b> <b>Segunda e terceira fases</b> 7. Grupos de discussão 8. Grupos tarefa 9. Reuniões de informação a elementos novos do projecto
- Técnicos da equipa		<b>Todas as fases:</b> 10. <b>Grupos de discussão</b> 11. <b>Grupos tarefa</b>
- Elementos da rede de apoio (profs., Tec. de saúde, Tec. seg. social, etc		<b>Primeira fase</b> 12. <b>Reuniões de discussão, de negociação e de grupos-tarefa</b> , para estabelecimento da rede de apoio (educação, saúde, segurança social e PSP) <b>Segunda e terceira fases</b> 13. <b>Grupos-tarefa</b>
- Elementos relevantes da comunidade de fuga (PSP, comerciantes, etc.)		<b>Primeira fase</b> 14. <b>Reuniões de informação</b> <b>Segunda fase</b> 15. <b>Reuniões de informação</b> sobre o progresso registado
- Elementos relevantes da comunidade de residência (líderes comunitários)		<b>Primeira fase</b> 16. <b>Reuniões de discussão</b> <b>Segunda e terceira fases</b> 17. <b>Grupos-tarefa</b> <b>Terceira fase</b> 18. <b>Trabalho com grupos em organização comunitária</b> (experimentação de desempenho em grupos D e A)
• Familiares		<b>Segunda fase</b> 19. <b>Grupos de apoio sócio-educativo</b> à família (SSG)

Através do dispositivo de ajuda clássico (figura 16), o interventor procura proporcionar novas experiências, ao grupo e a cada um dos seus elementos, através de exercícios e programas, e promover

**Fig. 9 – Dispositivo de ajuda em SSG**

Contextos	Estratégias comunicacionais	
de intervenção	Verbais	Não verbais
<b>Profissional ↔ Indivíduo</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Promover o acesso à palavra (do grito à palavra).</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ensinar a quebrar o isolamento (ex: pais de deficientes ou de toxicodependentes; alcoólicos; doentes com SIDA)</li> <li>Ensinar a objectivar os problemas (a expor, a pensar, a escutar e a extrair recursos dos outros).</li> </ul> </li> <li><b>Promover os potenciais individuais em favor do grupo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ensinar a servir os outros, (a assumir-se como recurso do grupo e de cada um) sem se servir deles.</li> </ul> </li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Ensinar a usar o discurso não verbal através de:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Jogo</li> <li>Movimento</li> <li>Música</li> <li>Drama (psicodrama, sociodrama, teatro, marionetas, etc.)</li> <li>Outras formas de expressão</li> <li>Tarefas que exijam cooperação (ex: <i>outdoor training</i>)</li> </ul> </li> <li><b>Ensinar a lidar com o problema da transferência</b> que é um processo de deslocação de sentimentos de uma pessoa para outra pessoa no Presente, sentimentos que eram nutridos por ela relativamente a outra pessoa no Passado.</li> </ol>
<b>Profissional ↔ Grupo</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Criar confiança no grupo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Intensificar as oportunidades de inter-ajuda</li> <li>Apoiar a emergência controlada das situações de competição e conflito, a sua objectivação e a sua resolução, respeitando os direitos humanos dos actores.</li> </ul> </li> <li><b>Mobilizar as energias do grupo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>para o seu próprio amadurecimento</li> </ul> </li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Propiciar a vivência de experiências positivas em grupo através de programas.</b> <p>Exemplos de programas em contexto de lazer:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Acampamentos</li> <li>Festas</li> <li>Colónias de férias</li> <li>Trabalhos manuais</li> </ul> <p>Exemplos de programas em contexto de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Clubes de emprego</li> <li>Campos de trabalho</li> <li>Programas de auto-construção</li> </ul> </li> </ol>
<b>Grupo ↔ Meio</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Mobilizar as energias do grupo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>para que seja mais eficaz e eficiente face a objectivos externos</li> </ul> </li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Clubes de emprego</li> <li>Campos de trabalho</li> <li>Programas de auto-construção</li> </ul>

- a **experimentação de situações de participação cooperativa** em detrimento de desempenhos competitivos, muitas vezes auto-destrutivos;
- a **descoberta e a optimização dos recursos** do grupo e de cada um dos seus membros, permitindo a **autonomização progressiva** de um e dos outros na resolução dos problemas identificados pelo diagnóstico.
- a **aprendizagem de como ultrapassar conflitos**, sem os evitar nem os dirimir através de custos elevados<sup>92</sup>, enfrentando-os e resolvendo-os por meio de estratégias de negociação inteligente<sup>93</sup>

**Os dispositivos de grupo** A observados ao longo do processo são diversificados, registando-se mais frequentemente os seguintes:

- reuniões de **informação** (9, 14, 15) a elementos novos do projecto e a elementos externos relevantes;

<sup>92</sup> Consideram-se estratégias de custos elevados aquelas que usam predominantemente paradigmas de resolução de problemas do tipo *perde-ganha*, isto é que partem da convicção de que os conflitos de interesses só podem ser ultrapassados com perdas elevadas de alguns em detrimento de ganhos dos outros.

<sup>93</sup> Este tipo de abordagem parte de um paradigma de negociação do tipo *ganha-ganha*, em que se procuram soluções satisfatórias para todas as partes em presença, investindo a criatividade e a imaginação dos protagonistas na busca de tais soluções.

- reuniões de **formação** (6) para animadores;
- reuniões de **grupos-tarefa** (2, 3, 4, 8, 11, 12, 13, 17 e 18), com crianças em situação de rua, animadores, técnicos da equipa, elementos da rede de apoio e da comunidade de residência

Reuniões de **discussão** e **negociação** (7, 10, 12, 16) com animadores, técnicos da equipa, parceiros da rede de apoio e da comunidade de residência

## Conclusão

Afirmou-se atrás que a crise da sociedade contemporânea exige um profundo movimento de ressocialização, no sentido da construção de uma **cidadania cosmopolita** (Moreira, 2001), que propicie a **construção de uma consciência planetária** de direitos e de deveres universais, sobre os quais possa ser edificado o *capital social* de que carecemos.

Para tal desígnio, **a competência para trabalhar em grupos afigura-se uma ferramenta poderosa indispensável** ao desenvolvimento pessoal e social, e um instrumento de intervenção eficaz para melhorar a vida das populações.

A análise da aplicação da ISG ao trabalho com crianças de rua confirma claramente esta tese, mostrando como esta técnica ajudou as equipas de intervenção a serem mais eficazes, permitindo-lhes alcançar os resultados propostos com mais consistência, e mais eficientes, baixando substancialmente os custos da intervenção. Em particular observou-se que:

- a ISG **não é feudo** de uma profissão, sendo usada por animadores de rua, professores, assistentes sociais, psicólogos e outros técnicos conforme as circunstâncias;
- nestes projectos a ISG **procura responder tanto a necessidades de subsistência como de participação** e criar condições para o exercício dos direitos cívicos;
- assume uma **dimensão essencialmente sócio-educativa no quadro axiológico atrás definido** (personalismo, solidariedade e qualidade de vida);
- o **sistema-cliente** não se circunscreve a cada criança tomada individualmente, mas abrange a constelação de grupos de que ela faz parte (pares, família, rede social de apoio);
- os **interventores** desempenham o **duplo papel de *facilitador*** da autonomização, do desenvolvimento pessoal e social (*empowerment*) do sistema cliente, e de seu ***representante*** (*advocacy*);
- a **intervenção** procura, numa perspectiva triplamente preventiva, apoiar a solução e evitar o agravamento das situações-problema detectadas e evitar a ocorrência de novas situações;

Nos casos observados, esta estratégia de intervenção social parece, portanto, ter constituído um importante instrumento de **educação para a cidadania**, quer dos clientes quer dos interventores envolvidos. Hermano Carmo

## Bibliografia

### Geral:

- Almeida, Ana Nunes de, 1990, **A fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro**, Lisboa, ISCTE
- Almeida, A. N.; Bastos, C.; Ferrão, J.; Wall, K., 1999, **Perfil da investigação científica: Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia**, Lisboa, Observatório das Ciências e das Tecnologias
- Almeida, J. F. et al, 1994, **Introdução à Sociologia**, Lisboa, Universidade Aberta
- Ambrósio, M. T., 1998, **Perfil da investigação científica em Portugal: Ciências da Educação e Psicologia**, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia. FCT. OCT
- Ander-Egg, Ezequiel, 1984a, **Achaques y manías del servicio social reconceptualizado**, Alicante, Hvmánitas
- Ander-Egg, Ezequiel, 1984b, **El desafío de la reconceptualization**, Alicante, Hvmánitas
- Ander-Egg, Ezequiel, 1985, **Metodología del trabajo social**, México, Ateneo, 3ª ed.
- Ander-Egg, Ezequiel, 1995, **Introdução ao trabalho social**, Petrópolis, Vozes
- Banks, Sarah, 2001, **Ética em fragmentos**, in Mouro e Simões, 2001, *Cem anos de serviço social*, Coimbra, Quarteto
- Barata, O. Soares, 1964, **A questão racial: introdução**, Lisboa, ISCSPU
- Barata, O. Soares, 1966, **Serviço Social de Grupos**, Lisboa, ISCSPU, mimeografado
- Barata, O. Soares, 1974, **Introdução às Ciências Sociais**, Lisboa, Bertrand
- Barata, O. Soares, 1995, **Adriano Moreira: quarenta anos de docência e acção pública**, in *Estudos de homenagem ao professor Adriano Moreira*, Lisboa, ISCSP/UTL, pp17-120
- Barata, O. Soares, 1998, (coord.) , **Política Social 1998**, Lisboa, ISCSP
- Bastos, Susana Pereira, 1994, **O Estado Novo e “seus” vadios (mendigos, loucos, prostitutas, homossexuais e outros arruaceiros) – mitos e rituais**, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa
- Bilhim, João F., 1991, **Cultura organizacional: moda ou paradigma**, "Lusíada, Revista de Ciência e Cultura", Lisboa, Universidade Lusíada, Série de Gestão, (1), Abril, pp. 63-84.
- Bilhim, João F., 2001, **Teoria organizacional: estruturas e pessoas**, Lisboa, ISCSP/UTL, 2ª edição revista e actualizada
- Câmara, D. Helder, 1968, **Revolução dentro da paz**, Rio de Janeiro, Sabiá.
- Câmara, J. Betencourt, 1986, **A III Revolução Industrial e o Caso Português**, in "Portugal Face à III Revolução Industrial; Seminário dos 80", Lisboa, ISCSP, pp. 63 – 111
- Carapinheiro, Graça, 1990, **Saberes e poderes no hospital: estudo sociológico de dois serviços hospitalares**, Lisboa, ISCTE
- Carmo, Hermano, 1983, **Não violência activa e sistema político**, "Estudos Políticos e Sociais" (1-2), Lisboa, ISCSP.
- Carmo, H., 1998, **O desenvolvimento comunitário no dobrar do século**, in Barata, O. S., 1998, coord. *Política Social*, Lisboa, ISCSP
- Carmo, H., 1999, **Desenvolvimento comunitário**, Lisboa, Universidade Aberta
- Carmo, H., 2000, **Intervenção social com grupos**, Lisboa, Universidade Aberta
- Castro, Josué de, 1974, **Geopolítica da Fome**, 4ª ed. rev. aum., Porto, Brasília
- Castro, Josué de, 1975, **Sete palmas de terra e um caixão**, Lisboa, Seara Nova, 1ª ed. 1970
- Castro, Josué de, 1966, **Geografia da fome**, Porto, Brasília, 1ª ed. 1946
- Conte, Candace et al, 1996, **Training and supporting the telephone intake worker for an AIDS prevention counseling study**, "Social Work" (41), Maio, pp 314-319, in Social Sciences Index/Full Text, base de dados da Wilson Company
- Cooper, David, 1971, **A decadência da família**, Lisboa, Portugalíia
- Coyle, Grace, 1948, **Group work with American youth**, N. York, Harper and Brothers
- Crothers, Charles, 1994, **Robert K. Merton**, Oeiras, Celta
- Cunha, A. Silva, 1956, **Movimentos associativos na África Negra**, Lisboa, JIU
- Cunha, A. Silva, 1959, **Aspectos dos movimentos associativos na África Negra**, Lisboa, JIU
- Dalai-Lama, 2000, **Ética para o novo milénio**, Lisboa, Círculo de Leitores
- Dimenstein, 1996, **Democracia em pedaços**, S. Paulo, Companhia de Letras
- Emmerij, Luis, 1993, **Norte-Sul: a granada descavilhada**, Venda Nova, Bertrand
- Falcão, Maria do Carmo, 1979, **Uma nova visão teórica do serviço social**, S. Paulo, Cortez e Moraes
- Fragoso, D. António, 1973, **Libertar o povo**, Lisboa, Base.
- Freire, Paulo, 1972, **Pedagogia do oprimido**, Porto, Afrontamento
- Freire, Paulo, 1989, **Educação como prática de liberdade**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1ª ed. de 1967
- Freire, Paulo, 1989, **Educadores de rua. Uma abordagem crítica**, Bogotá, UNICEF

- Freire, Paulo, 1996, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, S. Paulo, Paz e Terra, 5ª edição
- Fukuyama, Francis, 2000, **A grande ruptura**, Lisboa, Quetzal Editores
- Galtung, 1994, **Direitos humanos: uma nova perspectiva**, Lisboa, Instituto Piaget
- Hess, Remi, 1982, **Sociologia de intervenção**, Lisboa, Rés
- Ibañez, Ricardo M.; Serrano, Gloria P., 1985, **Pedagogia social y sociologia de la educación**, 3ª ed., Madrid, UNED
- Jesuíno, J.C., 1987, **Processos de liderança**, Lisboa, Livros Horizonte
- Jesuíno, J.C., 1998, **A negociação: estratégias e táticas**, Lisboa, Texto Editora, 3ª edição
- Kelley, Patrícia, 1995, **Social work with groups**, in Johnson, H. Wayne et al, 1995, *The social services. An introduction*, Itasca (Illinois), F. E. Peacock Publishers, Inc.
- Kisnerman, N., 1980, **Serviço social de grupos**, Petrópolis, Vozes
- Klein, Josephine, 1982, **O estudo de grupos**, Rio de Janeiro, Zahar
- Knowles, Malcolm, 1980, **The modern practice of adult education - from pedagogy to andragogy**, New York, Cambridge, The Adult Education Company.
- Konopka, G., 1972, **Serviço social de grupo**, Rio de Janeiro, Zahar, (2ª edição)
- Lapassade, G., s/d, **A Entrada na vida**, Lisboa, Edições 70
- Leandro, Maria Engrácia, 1992, **Au-dela des apparences. L'insertion sociale des portugais dans l'agglomeration parisienne**, Braga, Universidade do Minho
- Leandro, Maria Engrácia, 2001, **Sociologia da família nas sociedades contemporâneas**, Lisboa, Universidade Aberta
- Lewin, K.; Lippit, R.; White, R., 1939, **Patterns of aggressive behaviour in experimental created social climates**, "Journal of Social Psychology" (10, 271-299)
- Lewin, Kurt, 1964, **Psychologie dynamique**, Paris, PUF, tradução francesa de *The conflict between aristotelian and galilian modes of through in contemporary psychology*
- Lewin, Kurt, 1973, **Problemas de dinâmica de grupo**, S. Paulo, Cultrix
- Lewis, Oscar, 1968, **A cultura da pobreza**, in Blaustein, A. e Woock (organizadores), 1968, **O homem contra a pobreza: III guerra mundial**, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura
- Lobrot, M., 1966, **A pedagogia institucional**, Lisboa, Iniciativas Editoriais, Introdução de Rui Grácio e Prefácio de Ardoino
- Lobrot, M., 1977, **Animação não directiva de grupos**, Lisboa, Moraes
- Lourau, R. e Lapassade, G., 1973, **Para um conhecimento da sociologia**, Lisboa, Assírio e Alvim
- Lourenço, N. e Lisboa, M., 1998, **Dez anos de crime em Portugal: análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)**, Lisboa, Gabinete de estudos Jurídico-sociais do Centro de Estudos Judiciários
- Maalouf, Amin, 1999, **As identidades assassinas**, Oeiras, Difel
- Martin, H.-P. e Schumann, H., 1998, **A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem estar social**, Lisboa, Terramar
- Mishra, Ramesh, 1995, **O Estado Providência na sociedade capitalista**, Oeiras, Celta
- Moreira, Adriano, 1979, **Ciência Política**, Lisboa, Bertrand
- Moreira, Adriano, 1986, **O pacifismo**, "Estudos Políticos e Sociais", vol. XIV, (3-4), pp. 5-30, Lisboa, ISCS
- Moreira, Adriano, 2001, **Cidadania activa e direitos sociais**, in Simpósio Sobre os Direitos Sociais na Europa, Lisboa, Comité Português do International Council on Social Welfare (CPCISS)/ICSW Região Europa
- Mouro, Helena; Simões, Dulce (coord.), 2001, **Cem anos de serviço social**, Coimbra, Quarteto
- Muller, Jean-Marie, 1997, **Princípios e métodos de intervenção civil**, Lisboa, Instituto Piaget
- Muller, Jean-Marie, 1998, **O princípio de não violência: percurso filosófico**, Lisboa, Instituto Piaget
- Naisbitt, John, 1988, **Macrotendências**, Lisboa, Presença
- Naisbitt, John; Aburdene, Patricia, 1987, **Reinventar a empresa**, Lisboa, Presença
- Naisbitt, John; Aburdene, Patricia, 1990 **Megatrends 2000**, S. Paulo, Aman-Key, 3ª edição
- Neto, Félix, 1998, 2000, **Psicologia social**, Lisboa, Universidade Aberta, 2 vols
- Nunes, João Arriscado, 1993, **As teias da família: a construção interaccional das solidariedades primárias**, Coimbra, Universidade de Coimbra
- Ornelas, José, 1999, **Participação comunitária e integração**, in Sequeira, Arménio et al, 1999, *Reabilitação e comunidade*, Actas da 1ª conferência (20-22 Jun de 1996), Lisboa, ISPA, pp 33-40
- Ornelas, José e Maria, Susana, 2000, (coord.), **Desenvolvimento comunitário e saúde mental**, Actas da 1ª Conferência (31 de Maio-2 de Junho de 1999), Lisboa, ISPA
- Ornelas, José e Maria, Susana, 2001 (coord.), **Diversidade e multiculturalidade**, Actas da 2ª Conferência sobre *Desenvolvimento comunitário e saúde mental* (29-31 de Maio de 2000), Lisboa, ISPA

- Pais, José Machado da Silva, 1991, **Formas sociais de transição para a vida adulta: os jovens através dos seus quotidianos**, Lisboa, ISCTE
- Pintasilgo, M. Lourdes, 1980, **Sulcos do nosso querer comum**, Porto, Afrontamento
- Pintasilgo, M. Lourdes, 1985, **Dimensões da mudança**, Porto, Afrontamento, prefácio de Eduardo Prado Coelho
- Pintasilgo, M. Lourdes, 1996, **Para uma Europa dos Direitos Cívicos e Sociais: relatório do comité dos sábios**, Bruxelas, Comissão Europeia
- Pintasilgo, M. Lourdes, 1998, **Cuidar o futuro: um programa radical para viver melhor**, Lisboa, Trinova
- Reamer, Frederic, 2001, **Ética do trabalho social nos estados Unidos**, in Mouro e Simões, 2001, *Cem anos de serviço social*, Coimbra Quarteto
- Ribeiro, Darcy, 1997, **Confissões** S. Paulo, Companhia das Letras
- Rocha-Trindade, M. Beatriz, 1973, **Imigrantes portugueses**, Lisboa, ISCSP/UTL, prefácio de Alain Girard
- Rocha-Trindade, M. Beatriz, 1995, **Sociologia das migrações**, Lisboa, Universidade Aberta
- Rosanvallon, Pierre, 1984, **A crise do Estado Providência**, Lisboa, Inquérito
- Santos, Boaventura Sousa, 1991, **Um discurso sobre as Ciências**, 5ª ed., Porto, Afrontamento
- Silva, Manuel Tavares da, 1971a, **Como sabotar uma reunião**, "Marketing e Management", Lisboa
- Silva, Manuel Tavares da, 1971b, **As pessoas e os grupos**, "Marketing e Management", Lisboa
- Silva, Manuel Tavares da, 1977, **Problemas didáticos da introdução à dinâmica de grupos**, "Análise Psicológica", (1) Lisboa, 23-35
- Silva, Manuel Tavares da, 1978, **Sobre a química cerimonial (e a propósito de Thomas Szasz)**, "Análise Psicológica" (2), Lisboa
- Silva, Manuel Tavares da, 1979a, **Prefácio** à edição portuguesa da obra de Michel Cornaton *Grupos e Sociedade*, Lisboa, Veja
- Silva, Manuel Tavares da, 1979b, (com Maria Benedita Monteiro, José Gabriel Pereira Bastos e Jorge Vala) **Análise Institucional e Mudança Social**, "Análise Psicológica" (3), Lisboa
- Silva, Manuel Tavares da, 1979c, **Hipótese de uma sistemática de intervenção**, "Análise Psicológica" (3), Lisboa
- Silva, Manuel Tavares da, 1979d, **Aprendizagem da negociação**, "Gestão" (3), Lisboa
- Silva, Manuel Tavares da, 1982, **Problemas de psicossociologia e da mudança**, "Pessoal", Lisboa, Associação Portuguesa de Técnicos e Gestores de Recursos Humanos
- Silva, Manuel Tavares da, 1983, **A liturgia psicossociológica**, "Psicologia", Lisboa, vol IV, (3 e 4), pp. 223-324
- Stock, Maria José, 1989, **Elites, Facções e conflito intra-partidário: o PPD/PSD e o processo político português de 1974 a 1989**, Évora, Universidade de Évora
- Tavares, Manuel Viegas, 1996, **O insucesso escolar e as minorias étnicas em Portugal**, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa
- Toffler, Alvin e Heidi, 1995, **Criando uma nova civilização**, Lisboa, Livros do Brasil
- Toffler, Alvin, 1970, **Choque do futuro**, Lisboa, Livros do Brasil
- Toffler, Alvin, 1980, **A terceira vaga**, Lisboa, Livros do Brasil
- Toffler, Alvin, 1983, **Previsões e Premissas**, Lisboa, Livros do Brasil
- Toffler, Alvin, 1991, **Os novos poderes**, Lisboa, Livros do Brasil
- Trecker, Harleight, 1965, **Servicio social para grupos**, Montevideu, Centro de Estudantes da Escola Universitária de Serviço Social
- Weinberg, Nancy et al, 1996, **Online help: cancer patients participate in a computer-mediated support group**, "Health & Social Work" (21), Fevereiro, pp 24-29, in Social Sciences Index/Full Text, base de dados da Wilson Company
- Wilson, Gertrude e Rylan, Gladys, 1961, **Prática do serviço social de grupo**, Rio de Janeiro, SESC.

#### **Sobre crianças de rua:**

- Agnelli, Susanna, 1986, **Les enfants de la rue: l'autre visage de la ville**, Genève, Commission Independente sur les Questions Humanitaires Internationales
- Alvim, Rosilene, 1993, **Candelária: um caso limite de violência social**, s.l, s.n.
- Amaro, Fausto; Gersão, Eliana; Leandro, Armando, 1988, **Crianças maltratadas ou praticando a mendicância**, Lisboa Centro de Estudos Judiciários
- Amaro, Fausto et al, 2001, **Filhos e netos da pobreza: estudo de uma família numa área urbana degradada**, Lisboa, Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso
- Arruda, Rinaldo Vieira, 1993, **Pequenos bandidos**, S. Paulo, Global
- Bales, Kevin, 2001, **Gente descartável: a nova escravatura na economia global**, Lisboa, Caminho

Barata, Ana Teresa, 1992, **Trabalho de rua com crianças em situação de risco ou em marginalidade: processo avaliativo da evolução da situação das famílias dos menores acompanhados**, Lisboa, ISCSP/UTL, relatório de estágio

Bellami, Carol, 1996, 1998, 2001, **Situação mundial da infância**, Brasília, UNICEF

Boletim do Projecto de Rua, 1993-1995, **Boletim do Projecto de Rua** /dir. Adelina Marques Odete e Roque Martins. Lisboa, Instituto de Apoio à Criança

Carmo, Hermano, 1993, **A criança da rua: um rejeitado da cidade**, in *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, Actas II, pp 321-334, Lisboa, Universidade Aberta

Carmo, Hermano, 1995, **Avaliação em Intervenção comunitária**, in *Estudos de Homenagem ao professor Adriano Moreira*, Volume II, Lisboa, ISCSP

Carmo, Hermano, 2001c, **A educação intercultural: uma estratégia para o desenvolvimento** in Ornelas, José e Maria, Susana (coord.), *Diversidade e multiculturalidade*, Actas da 2ª Conferência sobre Desenvolvimento comunitário e saúde mental (29-31 de Maio de 2000), Lisboa, ISPA, pp175-194

Carneiro, Maria do Rosário, 1997, (coord.), **Crianças de risco**, Lisboa ISCSP

Castro, José Luís dos Santos, 1995, **Entre a tutela e a sobrevivência: contextos de socialização e trajetórias dos meninos de rua**, Lisboa, s.n.

Castro, José Luís dos Santos, 1997, **Socialização das crianças de rua e lógicas de intervenção das redes de suporte social**, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários

Doyle, Celia, 1997, **Working with abused children**, London MacMillan

Expert, F., 1988, **Análises de situação: crianças em circunstâncias especialmente difíceis**, Bogotá, UNICEF

Espínola, B. et al, 1989, **Na rua: crianças trabalhadoras de rua em Assunção**, Bogotá, UNICEF

Farinha, Luis , 2000, **Os aprendizes do crime: delinquência juvenil**, Lisboa, Hugin

Filho, Genésio Z. da S., 1998, **A comunicação na rua: quando os códigos de comunicação transformam-se em instrumento de defesa**, "Universa", (V7, nº2), p.277-292, Junho de 1998

Freire, Paulo, 1989, **Educadores de rua. Uma abordagem crítica**, Bogotá, UNICEF.

Gronert, J., 1992, **La calle como lugar de aprendizaje de un comportamiento antosocial**, Madrid, Ministerio de Assuntos Sociales

Guardiola, Isabel, 1991, **Manual de praticas de trabajo social comunitario en el movimiento ciudadano**, Madrid Siglo XXI

Guareschi, Pedrinho (coord.), 1992, **Os aprendizes da sobrevivência**, Recife, UFPE

Lewis, Óscar, 1968, **A cultura da pobreza**, in Blaustein, A. e Woock (organizadores), 1968, *O homem contra a pobreza: III guerra mundial*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, pp 353-369

Lopes, Carmen, 1996, **Avaliação do subprojecto jovens da rua: integração sócio-profissional**, Lisboa, ISCSP/UTL, relatório de estágio

Marques, A. O.; Santos, V., 1990, **Projecto: trabalho de rua com crianças em risco ou situações de marginalidade** Lisboa: Instituto de Apoio à Criança

Marques, A. O 1993, **Trabalho com crianças de rua**, Lisboa, Instituto de Apoio à Criança

Martin, R. et al, 1989, **A casa da criança trabalhadora:: uma alternativa para o atendimento não convencional da criança trabalhadora**, Bogotá, UNICEF

Miguéis, Joaquim José, 2000, **Crianças de rua em Angola**, Lisboa, ISCSP/UTL, dissertação de Mestrado em Sociologia

Morales, G., 1990, **Ser criança na Colômbia: elementos de sociologia da infância**, Bogotá, UNICEF

Negalha, Elias de Medeiros, 1993, **Os meninos da rua: prevenção da delinquência juvenil**, Lisboa: Ed. São Paulo

Pereda, Carlos; Prada, Miguel Ángel de; Actis, Walter, 1996, **La educación intercultural a prueba: hijos de inmigrantes marroquíes en la escuela**, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia. Centro de Investigación y Documentación Educativa

Pinto, Graça Alves, 1998, **O trabalho das crianças: de pequenino é que se torce o pepino ( e o destino)**, Oeiras, Celta

Pinto, Maria da Conceição, 2001, **Criança em perigo e em situação de rua: histórias da vida passadas em Lisboa e no Rio de Janeiro**, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional

Reis, Ana Maria Bianchi dos, 1993, **O Axé da Bahia: uma força criadora capaz de transformar a história dos meninos que vivem nas ruas de Salvador**, Salvador, policop.

Robert, P., 1969 **Os grupos de adolescentes**, Lisboa, Moraes

ROCA, Zoran, 2000, **As "crianças de rua" em Angola**, Lisboa, ed. Universitárias Lusófonas

Rosemberg, Fúlvia, 1993, **O discurso sobre a criança de rua na década de 80**, "Cadernos de Pesquisa" nº 87, pp 71-81, S. Paulo, Fundação Carlos Chagas.

Rosemberg, Fúlvia, 1994, **Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de S. Paulo**, "Cadernos de Pesquisa" nº 91, pp 30-45, Novembro de 1994, S. Paulo, Fundação Carlos Chagas.

- Sebastião, João, 1998, **Crianças de rua: modos de vida marginais na cidade de Lisboa**, Oeiras, Celta
- Silva, Manuela, 1989, **A pobreza infantil em Portugal**, Lisboa, UNICEF
- Silva, Manuela; Rasgado, Sofia, 1999, **Pobreza e exclusão social – a investigação em Portugal (1975-1999)**, Lisboa, Centro de Estudos para a Intervenção Social CESIS
- Strecht, Pedro, 1997, **Crescer vazio. Repercussões psíquicas do abandono negligência e maus tratos em crianças e adolescentes**, Lisboa, Assírio & Alvim
- Terraquente, M. J., 1991, **Crianças da rua**, Lisboa, ISCSP, relatório de estágio de Política Social.
- Thrasher, F., 1927, **The gang**, Chicago, University of Chicago Press
- UNESCO, 1995, *Dans la rue, avec les enfants: programmes pour la réinsertion des enfants de la rue*, Paris: Unesco
- Vanistendael, S., 1992, **Street children: problems or persons?**, Genève, Bureau International Catholique de l'Enfance
- Vargas, Angelo Luís de Souza, 2000, **Corpo e marginalidade: estudo de um contexto de desenvolvimento de meninos de rua na cidade do Rio de Janeiro**, Lisboa, s.n.
- Vélis, Jean-Pierre, 1993, **Fleurs de poussière: enfants de la rue en Afrique**, Paris, UNESCO
- Vulbeau, A.; Barreyre, J-Y  
1994, **La jeunesse et la rue**, Paris, Desclée de Brower
- VVAA, 1987, **Ação Guambras. Programa não convencional de atendimento a criança da rua-Ecuador**, Bogota/Equador, UNICEF/INNFA
- VVAA 1989, **Novas alternativas de atendimento para a criança da e na rua de México**, 2 ed., Bogota/Varacruz, UNICEF/DIF
- VVAA 1989, **Lineamentos para a aplicação da guia metodológica para a análise da situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis**, Bogota, UNICEF
- VVAA 1990, **Guia metodológico para a avaliação de projectos de assistência a crianças em circunstâncias especialmente difíceis. (Crianças trabalhadoras e de rua)**, Bogota, UNICEF
- VVAA 1990, **Guia metodológico para a análise de situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis**, Bogota, UNICEF
- VVAA 1996, **Street Children in North and South: a comparative summary**, s.l., Royal Tropical Institute
- VVAA 1997, **Projecto Kandengues Unidos, Luanda**, CIES
- White, W.F., 1970, **Street corner society, the social structure of an Italian slum**, Chicago, University of Chicago Press, 13ª edição, ed. original de 1943

#### **Videografia**

- Castro, Ana, S/d, **Projecto Axé**, Brasília, Ema Vídeo, 24 minutos
- RTP, 1995, **Entrevista a Maria Odete Marques sobre o Projecto Rua**, in Praça da Alegria, 16de Março de 1995, Lisboa, RTP, 45 minutos